

BRAZ DA SILVA OLIVEIRA

**PERFORMANCES POLÍTICAS E POTENCIALIDADES
ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA MT**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
– MESTRADO ACADÊMICO –
CAMPO GRANDE - MS
2008**

BRAZ DA SILVA OLIVEIRA

**PERFORMANCES POLÍTICAS E POTENCIALIDADES
ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA MT**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do Título de
Mestre em Desenvolvimento Local – mestrado
acadêmico.

Orientador: Dr. Vicente Fideles de Ávila.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
– MESTRADO ACADÊMICO –
CAMPO GRANDE - MS
2008**

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila
UCDB

Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
UCDB

Prof. Dr^a. Emília Mariko Kashimoto
UFMS -

DEDICATÓRIA

À minha família (esposa e meu amado filho), que sempre deram força para eu poder terminar esta empreitada.

Aos munícipes de Juscimeira que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Eles merecem toda minha gratidão:

Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila porque teve paciência e competência na orientação desta pesquisa.

Eva, minha esposa e meu filho Vitor Lucas, que souberam compreender minhas ausências e me incentivar em todos os momentos.

Prof. Esdras Warley Nunes de Jesus, pela sua contribuição na formatação e na motivação.

Prof. Paulino Sanches, pela correção ortográfica.

A Deus, com sua infinita misericórdia e compaixão.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar posicionamentos dos seguimentos político, formadores de opinião e de representação popular sobre potencialidades históricas, econômicas e políticas para Desenvolvimento Local (DL) do município de Juscimeira - MT. Visa também, relatar que o poder político, vinculado durante séculos à esfera da atividade do Estado, sofreu mudanças de terminologia no começo da Idade Moderna, passando a significar apenas uma das variadas formas de poder no contexto atual. Diante destas mudanças, o desenvolvimento é visto no século XX e começo do XXI como questão de visão de Mundo caracterizado por um contexto cultural nacional de qualquer País. O referencial metodológico utilizado na construção e elaboração deste estudo foi o qualitativo-descritiva e realizou-se estudo bibliográfico para detectar as características das potencialidades do município. Em relação à dimensão investigativa empírica ou de campo, foram feitas mediante pesquisas nos locais com os proprietários ou gerentes dos balneários. E, posteriormente, foram aplicados formulários com perguntas fechadas e abertas para os seguimentos representativos dos munícipes Juscimeirenses. Através dos dados apurados, verificou-se a existência de iniciativas de implementação de cooperativismo com sucesso. No entanto, o poder público local, durante sua emancipação política, não conseguiu ampliar ou propor novas alternativas de desenvolvimento participativo. Verificou-se também, a falta de mobilização e articulação por parte da comunidade local para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica. O planejamento municipal, articulado pelo poder público + comunidade, é imprescindível para se configurar o Desenvolvimento Local, fato não constatado no município pesquisado. E, por fim, sugere iniciativas endógenas participativas entre comunidade local e poder público municipal, que possa contemplar a maioria da população local nos moldes do DL.

Palavras – chaves: Desenvolvimento Local, Potencialidades e Política.

ABSTRACT

This research aims to identify and analyze positions of follow-political, opinion and popular representation on potential historical, economic and political for Local Development (DL) of the municipality of Juscimeira - MT. Visa also report that the political power, bound for centuries the sphere of activity of the state, has suffered a change of terminology at the beginning of the Modern Age, to mean only one of many forms of power in the current context. Faced with these changes, the development is seen in the twentieth century and beginning of the XXI as a matter of vision of a world characterized by cultural context of any national Country The benchmark methodology used in construction and preparation of this study is qualitative, descriptive and took place bibliographic study to detect the characteristics of the potential of the municipality. In relation to the size empirical research or field, were made by research in places with the owners or managers of showers. And, later, were applied forms with closed and open questions for the follow Juscimeirenses representative of householders. Through the findings, there was the existence of the implementation of cooperative initiatives with success. However, the local public power over their political emancipation, could not expand or offer new options for participatory development. There was also a lack of mobilization and coordination by the local community to propose alternatives or claim of self-sustainable social and economic. The municipal planning, articulated by the public + community, is essential to set up the Local Development, a fact not found in the city searched. And, finally, suggests endogenous participatory initiatives between local community and municipal public power, which can cover most of the local population along the lines of the DL.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Município de Juscimeira MT	32
Foto 2 – Sede do município de Juscimeira MT	33
Foto 3 – Refrigerador de Leite	42
Foto 4 – Cocheira de alimentação do gado	43
Foto 5 – Ordenha	44
Foto 6 – Bebida Láctea	58
Foto 7 – Bebida Láctea	58
Foto 8 – Sede administrativa da COMAJUL	59
Foto 9 – Piscinas do Balneário Aquárius	70
Foto 10 – Balneário Aquárius	72
Foto 11 – Hotel do Balneário Garimpus	73
Foto 12 – Piscinas do Balneário Maryhá	74

Foto 13 – Vista interna do Hotel Maryhá	75
Foto 14 – Hotel Maryhá	76
Foto 15 – Apartamentos do Hotel Tropical	77
Foto 16 – Espaço interno do Hotel Tropical	78
Foto 17 – Espaço interno do Balneário Novo Horizonte	79
Foto 18 – Piscinas do Balneário Novo Horizonte	80
Foto 19 – Entrada do Hotel Alplaville	81
Foto 20 – Espaço interno do Hotel Alplaville	82
Foto 21 – Cachoeira do Prata	83
Foto 22 – Construção da Barragem PCH	85
Foto 23 – Vista Lateral da Barragem PCH	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Síntese geral do Setor Primário	57
Gráfico 2 – Produção anual de leite da COMAJUL	61
Gráfico 3 – Sobre a Tabela 6	89
Gráfico 4 – Sobre a Tabela 7	91
Gráfico 5 – Sobre a Tabela 8	92
Gráfico 6 – Sobre a Tabela 9	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área A do Setor Primário	53
Tabela 2 – Área B do Setor Primário	54
Tabela 3 – Área C do Setor Primário	55
Tabela 4 – Total das Áreas do Setor Primário	56
Tabela 5 – Produção anual de leite da COMAJUL	60
Tabela 6 – Posicionamentos Representativos da Opinião Pública	89
Tabela 7 – Posicionamentos de Formadores de Opinião	90
Tabela 8 – Posicionamentos da Classe Política	92
Tabela 9 – Análise dos Resultados da Pesquisa com os Municípios	93

LISTA DE SIGLAS

BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CIBPU	– Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai.
CIPA	– Colonização Industrial Pastorial e Agrícola.
CNTUR	– Conselho Nacional do Turismo.
COMAJUL	– Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Limitada.
COPLEIBA	- Cooperativa Produtora de Leite de Cuiabá.
DERMAT	– Departamento de Estradas e Rodagens de Mato Grosso.
EMBRATUR	– Instituto Brasileiro de Turismo.
FDA	– Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.
FUGENTUR	– Fundo Geral do Turismo.
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INDEA	– Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso.

ISS ou ISQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

ITBI – Imposto de Transferências de Bens Imóveis.

OMT – Organização Mundial do Turismo

SENAI – Serviço Social da Indústria.

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Capítulo 1 – NOÇÕES CONCEITUAIS IMPLICADAS	23
1.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE POLÍTICA	24
1.2 CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICA DE GESTÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA	25
1.3 CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICA COMO SERVIÇO DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM JUSCIMEIRA	27
1.4 INFLUÊNCIAS DA CIPA E COMAJUL NA DETERMINAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE JUSCIMEIRA	29
Capítulo 2 – PANORAMA AMBIENTAL E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA	31
2.1 FORMAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA	31

2.2 INFLUÊNCIAS DOS PODERES PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE JUSCIMEIRA	35
2.3 COMO A HISTÓRIA DE JUSCIMEIRA SE VINCULA EXISTENCIALMENTE À HISTÓRIA DA CIPA	38
2.4 RELAÇÃO ENTRE A COMAJUL E A HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	41
2.5 HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO	44
2.5.1 Situação Política em Juscimeira nas décadas de 1980 e 1990	47
2.6 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO	50
 Capítulo 3 – POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO	52
 3.1 SETOR PRIMÁRIO	52
3.2 SETOR SECUNDÁRIO	58
 Capítulo 4 – TERCEIRO SETOR: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS EM DESTAQUE NO MUNICÍPIO	63
 4.1 HISTÓRIA DO TURISMO	63
4.2 TURSISMO RESPONSÁVEL	65
4.3 TURISMO DE FORMA SUSTENTÁVEL	66
4.4 OS INSTRUMENTOS DO TURISMO SUSNTENTÁVEL	68
4.5 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA	70

4.5.1 Balneário Aquário	70
4.5.2 Balneário Garimpus	72
4.5.3 Balneário Maryhá	74
4.5.4 Balneário Tropical	76
4.5.5 Balneário Novo Horizonte	78
4.5.6 Balneário Alphaville	81
4.6 CACHOEIRA DO PRATA	83
4.7 POTENCIALIDADES ENERGÉTICAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA	84
 Capítulo 5 – POSICIONAMENTOS DE MUNÍCIPES SOBRE POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO	 88
5.1 POSICIONAMENTOS REPRESENTATIVOS DA OPINIÃO PÚBLICA	89
5.2 POSICIONAMENTOS DOS FORMADORES DE OPINIÃO	90
5.3 POSICIONAMENTOS DA CLASSE POLÍTICA	92
5.4 ANÁLISES DOS RESULTADOS DA PESQUISA DOS MUNÍCIPES	93
 Capítulo 6 – ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPIRÍCOS FACE A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	 95
6.1 VIGÊNCIA DE ASSISTENCIALISMO HISTÓRICO DE GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA	95
6.2 ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA	98

CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICES	108

INTRODUÇÃO

O aproveitamento dos recursos naturais na geração de renda nas comunidades locais de forma auto-sustentável, vem ocupando posição de destaque nos centros acadêmicos, nos órgãos da administração pública e em organizações não governamentais. Nesta perspectiva, o trabalho identificou algumas formas diferentes de relação entre política e Desenvolvimento Local.

A primeira é no nível estatal, ou seja, da gestão pública. Nesse nível, detectou o risco da perpetuação de práticas assistencialistas. A segunda, no nível comunitário, apontou para a iniciativa das cooperativas e do turismo. Finalmente, a terceira forma é a que ocorre na iniciativa privada, em que existe uma forte ênfase na busca de crescimento econômico.

Na maioria das vezes, estes recursos naturais são aproveitados de forma limitada, dada a necessidade de conservação evitando uma degradação destes. Entre estes dois pólos de tensão, surge o fenômeno da exploração turística dos recursos hídricos, porque caracteriza ao mesmo tempo a exploração, no sentido de tornar os recursos naturais acessíveis; e a conservação, ou seja, sua não-descaracterização, enquanto recursos naturais, sob pena de destruir o manancial das águas termais.

Nestes moldes, encontra-se o município de Juscimeira, situado a aproximadamente 150 km da capital Cuiabá do Estado de Mato Grosso, com uma população

de 11.840 habitantes¹, oferece uma variedade de recursos naturais, como: cachoeiras, águas termais e rios. Estes que já estão sendo aproveitados, embora longe de sua maximização, através de balneários, pousadas e construções de barragens para produção de energia elétrica.

Neste estudo foi observado que os funcionários que prestam serviços nos balneários, com exceção dos proprietários, na maioria são pessoas do município de Juscimeira, além dos empregos gerados nas construções das hidrelétricas no referido município.

A presente pesquisa faz parte do programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, do “Grupo de Pesquisa Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local” com cadastro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, em Brasília-DF. Visa desenvolver um estudo em consonância com os objetivos propostos. Desta forma, a idéia norteadora escolhida está relacionada com o estudo das potencialidades dos recursos naturais e políticas do município de Juscimeira no prisma do Desenvolvimento Local.

Assim sendo, a problemática identificada foi: **considerando a história (tanto evolutiva quanto associativa – cooperativa), os recursos (sobretudo econômicos e naturais) de Juscimeira que pensam os seus segmentos político, formador de opinião e de representação popular sobre potencialidades para o desenvolvimento local no âmbito desse município?**

Para tanto, o objetivo da pesquisa consistiu em **identificar e analisar posicionamentos dos seguimentos político, formadores de opinião e de representação popular do município de Juscimeira - MT sobre potencialidades históricas, econômicas e políticas para Desenvolvimento Local.**

No que tange ao conhecimento teórico-conceitual e metodológico, o Desenvolvimento Local pretende verificar as performances da comunidade, competências, habilidades, desabrochamento das capacidades e sua vocação econômica, bem como

¹ Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Juscimeira-MT, referente ao ano de 2006.

investigar as reais potencialidades naturais presentes no município de Juscimeira e os posicionamentos dos munícipes referentes a estas riquezas.

O referencial metodológico utilizado na construção e estruturação deste estudo foi a pesquisa qualitativo-descritiva, que para Cavalcanti (1995, p. 287) destaca que “[...] o investigador veja o mundo através dos olhos dos atores que o interagem, e dos significados que estes atribuem às situações sobre as quais agem”. Ou seja, busca aproximar a teoria com os agentes que vivenciam a realidade pesquisada.

Para Minayo (2000, p. 21) “[...] a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser qualificado, [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Foi realizado um estudo bibliográfico para detectar as características das potencialidades do município de Juscimeira, abordando os aspectos turísticos. As fontes utilizadas foram: livros, revistas, Internet, IBGE, atas e registro históricos. Sendo destacadas as variáveis: performances políticas, histórico do município de Juscimeira MT e as potencialidades econômicas de desenvolvimento local no município. Foram também enfocadas as riquezas turísticas presentes no município: balneários termais, cachoeiras e hidrelétricas.

Em relação à dimensão investigativa empírica ou de campo, foram feitas mediante pesquisas nos locais com os proprietários ou gerentes dos balneários e aplicações de formulários e entrevistas aplicados nos respectivos setores mencionados e feita apreciação dos resultados.

Na concepção de Lakatos (2007, p. 167):

Etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados verificados [...] tarefa cansativa e toma, quase sempre mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior [...] é o perfeito entrosamento das tarefas organizacionais e administrativas com as científicas, obedecendo aos prazos estipulados, aos orçamentos previstos, ao

preparo do pessoal. Quanto mais planejamento for feito previamente, menos desperdício de tempo haverá no trabalho de campo propriamente dito.

Isto evidencia a amplitude de um estudo embasado em fatos concretos, os quais verificado e analisado proporciona maior credibilidade na pesquisa. Nesse sentido, pode-se fazer um comparativo tendo por base os referenciais teóricos.

Nesta ótica, o estudo foi estruturado em seis capítulos:

O capítulo 1 destaca as noções conceituais implicadas, embasado na discussão das idéias sobre comunidade, recursos naturais, desenvolvimento local, planejamento municipal e os posicionamentos dos munícipes face aos recursos naturais.

No capítulo 2 discute os panoramas ambiental e histórico do município de Juscimeira, as influências dos poderes públicos federal e estadual na organização deste espaço, como se vincula existencialmente o município com a história da CIPA, a relação entre a COMAJUL e a história do município, a história da emancipação política de Juscimeira, a situação política nas décadas de 1980 e 1990 e o perfil sócio-econômico do município.

O capítulo 3, as potencialidades econômicas do município: setor primário, secundário, através de demonstrativos gráficos sobre as principais atividades econômicas destes dois setores presentes no município.

O capítulo 4 é dedicado exclusivamente ao setor terciário em virtude da importância turística para o município. Destacando-se neste a história do turismo, o turismo responsável, o turismo sustentável, os instrumentos do turismo sustentável, os balneários presentes no município de Juscimeira e as potencialidades energéticas.

O capítulo 5 ressalta os posicionamentos dos munícipes sobre potencialidades para o desenvolvimento. Verifica-se neste os posicionamentos dos representativos da opinião pública, dos formadores de opinião e classe política. E por fim, análise dos resultados da pesquisa com os munícipes.

No capítulo 6 se analisam os resultados empíricos face à fundamentação teórica. A comunitarização participação e cooperativismo, no contexto do Desenvolvimento Local.

Finalmente, as considerações que apresentam as lógicas que podem sugerir futuros trabalhos e que possam complementar, referendar ou ainda desenvolver estudos afins.

CAPÍTULO 1

NOÇÕES CONCEITUAIS IMPLICADAS

O capítulo enfatiza a evolução do conceito de política na configuração de gestão pública, desenvolvimento e planejamento municipal. Diante desta evolução, visa sinalizar a importância de uma comunidade efetivamente mobilizada, ancorada na discussão das idéias sobre comunidade, recursos naturais, desenvolvimento local, planejamento municipal e os posicionamentos dos munícipes face aos recursos naturais.

Ressalta ainda a importância do processo migratório sob a administração da empresa CIPA- Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola responsáveis por atrair, principalmente, paulistas e mineiros para a região de Juscimeira. Este processo de colonização e formação do município a COMAJUL - Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Limitada, a partir de sua fundação em 1979, exerce influências diretas na consolidação do município em vários aspectos: na emancipação política, no cooperativismo e na determinação da principal atividade econômica do município.

1.1 EVOLUÇÃO GERAL DO CONCEITO DE POLÍTICA

Para entender a atual conjuntura política vigente no Brasil é fundamental analisar desde a Antiguidade Clássica, a evolução do termo. Observa-se que, o termo política (Politikós) significa “tudo aquilo que se refere à cidade, e portanto, ao cidadão, civil, público e também sociável e social”. Termo que segundo, Bobbio (1999), foi transmitido na obra de Aristóteles “Política”, sendo este o primeiro tratado, enfocando a natureza, as funções, as divisões de Estado, além das várias formas de governo.

Segundo ainda Bobbio (1999) durante séculos, o termo foi vinculado à esfera da atividade humana que, de algum modo faz referência ao Estado. Porém, na era moderna, por volta do século XV e XVI, perdeu seu significado original, passando a ser entendido como ciência do Estado, doutrina do Estado, ciência política e outras. E por fim, indicar conjunto de atividades do Estado. Cabendo este, exercício exclusivo sobre determinado território, o legislador, o de extrair e distribuir recursos de um setor para outro da sociedade.

De acordo com (CROCE, apud BOBBIO, 1999) é importante observar que o poder político é apenas uma das formas de poder entre tantas outras. Ao passo, que na concepção Clássica, Aristóteles considera três formas de poder. Primeiro, o paterno: no qual o fundamento é a natureza. O segundo, despótico: o castigo atribuído por um delito cometido. E terceiro, o poder civil: tem como base o consentimento geral. Já no contexto dos últimos séculos, política designa referência direta ou indireta a conquista e ao exercício do poder último em uma comunidade de indivíduos sobre um território. Embora, como já mencionado, este tipo de poder seja apenas uma das infinitas formas de relação de poder existentes entre os homens.

1.2 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DO PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

Face à evolução política e desenvolvimento, planejamento municipal, segundo Batista (1978 p. 36), é visto sob o prisma histórico “[...] um curso autônomo que lhe deu características particulares e o colocou numa perspectiva especial face ao sistema de planejamento nacional”. Embora esta modalidade seja umas das mais aceitas, encontra dificuldades, como: a falta de integração com os demais níveis governamentais de planejamentos; faltam técnicos habilitados nos municípios; entrosamentos entre os serviços públicos e participação pública; e também a carência de agentes com competência para tais tarefas.

E se analisarmos mais a fundo, o planejamento comunitário, do ponto de vista histórico, tem várias experiências realizadas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, como tentativa de minimizar os efeitos negativos do subdesenvolvimento. No Brasil de acordo com Batista (1978) entidades públicas e privadas vêm atuando desde 1940, embora de formas isoladas. E entidades como a OEA, tem elencado desde 1962 (Reunião Ministerial² – ministros da fazenda dos países membro, realizada no México) a importância do desenvolvimento comunitário para os países da América Latina.

Na opinião de Ávila (1993), os críticos apontam três aspectos negativos estratégicos: primeiro, a situação do ensino em todo país vai mal; as esferas do poder público brasileiro se posicionam mal em relação às soluções para os problemas mais graves, ao passo que acaba criando mais problemas e desencontros. Contudo, o autor considera frustrante a falta de alternativas apresentadas para solucionar as necessidades básicas da população.

No que tange ao desenvolvimento, sabe-se que este é caracterizado como sendo um sistema interligado, no qual as mudanças representam conseqüências políticas, sociais e econômicas das pessoas da comunidade. E para que haja desenvolvimento, é preciso que a sociedade possua um mínimo de características advindas destas e se traduza em algo concreto.

² Reunião Ministerial: Reunião periódica dos ministros responsáveis do comércio dos trinta e quatro países participantes na Área de Livre Comércio das Américas. (Wikipédia, 2008).

Neste tocante (RUBEN apud BATISTA, p.17), considera “[...] não ser possível manter um alto nível de desenvolvimento sem que exista estrutura econômica capaz de financiá-lo”.

Na concepção de Faissol (1994) a noção de desenvolvimento passa por uma questão de visão de Mundo e por um contexto cultural nacional de qualquer País, cabe aceitar e aproveitar as vantagens. O desenvolvimento econômico pode estar colocado no contexto de processo social e político do tipo de ideologia do nacionalismo. Embora o autor ressalve que o desenvolvimento econômico não é um processo igual em todos os lugares, pois está sujeito a adjetivos específicos. E que no caso de Países em desenvolvimento, como é o do Brasil, há uma dura batalha para vencer as forças que insistem em manter a sociedade amarrada a uma dependência externa

Nesta situação de dependência externa de desenvolvimento ou ainda modelos aplicados, geralmente partido de um planejamento de órgãos institucionais, que na maioria das vezes sequer consulta a opinião pública, se tal medida é a mais viável para cada local é que se encontra o município, onde o planejamento municipal visa atender um pequeno grupo que insiste em manter a população na dependência do poder político, como se verá à frente.

Planejamento municipal é entendido, neste estudo, como sendo a melhor maneira de maximizar os recursos disponíveis, e alcançar a maior satisfação coletiva, ou como observa (BATISTA, p.20):

Objetiva causar uma combinação ótima de atividades em uma área específica e pelo qual a utilização dos instrumentos de política sejam coordenados, considerados os objetivos do sistema e os limites impostos pelos recursos disponíveis.

Desta forma, uma visão do todo é imprescindível para que as dificuldades específicas não sejam tidas como problemas isolados. Além disso, um planejamento, com critérios que atendam o coletivo, sem perder de vista o máximo de aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável, parece ser o modelo mais plausível nesta abordagem de Desenvolvimento Local e em particular para o referido município.

1.3 CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICA COMO MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO PRISMA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM JUSCIMEIRA

Em relação à mobilização e organização comunitária, Faissol (1994) sintetiza uma média do que poderia chamar de aspirações de uma comunidade. Em que uma comunidade pequena e homogênea é muito mais fácil organizar projetos e ações benéficas para os membros da mesma. Uma vez que, é menos complexa do que uma comunidade em nível de Estado ou nação, onde há vários segmentos de peso político e econômicos diferenciados.

Já Ávila (1993) sinaliza a importância do povo efetivamente mobilizado, liderado e produtivo no intuito de encontrar saídas e perspectivas para suas aspirações; a capacidade, com poder de gestão com habilidades e competências, somando forças o poder público + sociedade municipal organizada; que o município se organize de forma competente e equilibrada, ampliando as condições de absorção de serviços e encargos, uma vez que cada município se prepare para gerir integralmente do diagnóstico ao redimensionamento e ampliar seu universo e métodos de gerência; e por fim, o processo de implantação parte-se da formação educativa, com todos se envolvendo, no desenvolvimento que a partir das bases, o cultivo das potencialidades e reais condições de cada município.

Para reforçar esta teoria da participação das bases, torna-se necessário adentrarmos a idéia de Desenvolvimento Comunitário, como descreve Batista (1978), tratada por ele como unidade dinâmica, na qual relacionamentos, espaço geográfico e função se destacam. E as relações na comunidade se caracterizam pelos locais mais resistentes nas relações: a família, o trabalho e a vizinhança. Acrescenta também, a constante mudança na rede de relações em um raio cada vez maior, decorrente da maior participação no desenvolvimento.

Na avaliação de Faissol (1994, p.73) para que haja um desenvolvimento que contemple a maioria da população, é preciso que “[...] o processo pelo qual, de par com a geração de maior produção material, se obtém a sua apropriação pela maior quantidade de pessoas possível numa sociedade”.

Ávila (1993) defende que não é fácil planejar e operacionalizar a gestão municipal. No entanto, sempre que possível é necessário realizá-la em qualquer município seja pobre ou rico, pequeno ou grande. Sendo esta indispensável para comunidades que ainda não souberam se desenvolver.

Para entender o desenvolvimento local, é imprescindível saber o que não é desenvolvimento local, ou seja, compreender o desenvolvimento não endógeno (que não parte de iniciativas da comunidade local, e não atendem aos interesses locais). Entre outras acepções, desenvolvimento no local (DnL), de acordo com Ávila (2003), é de um modelo de “desenvolvimento” que tem o local apenas como sede física. Gera empregos, arrecadação de impostos, circulação de bens e dinheiro, mas só fica no local enquanto o lucro compensa, caso contrário fecha e procura outro lugar mais rentável deixando a comunidade local com os prejuízos, muitas vezes com impactos ambientais e com a sensação de frustração.

Este modelo, erroneamente é usado muitas vezes por gestores municipais por ingenuidade ou para fins eleitoreiros, de início aparenta surtir efeitos positivos, que porém, a médio e longo prazo acabam percebendo que se trata de uma armadilha, com danos às vezes irreparáveis para as comunidades locais. Como orienta Ávila (2003), a comunidade-localidade precisa estar bem atenta e consciente de que este tipo de empreendimento pode ser útil hoje, e inútil amanhã, ou seja, pode gerar dividendos em um momento e prejuízos futuros, pois quando um local não se torna atrativo, os investidores tendem buscar lugares mais rentáveis, deixando o local com a sensação de descaso e exploração. Também é importante frisar que a geração de benefícios, por apenas situar-se no local, apresenta como quesito secundário, ou às vezes não tendo benefícios para a comunidade local.

Desenvolvimento Local (DL) também não pode ser confundido com desenvolvimento para o Local (DpL). Este tipo de implemento além de situar no local como sede física gera benefícios às comunidades locais e aos ecossistemas locais, mas como descreve Ávila (2003, p.88) é de maneira bumerangue:

Brota das instâncias promotoras, vai aos locais – comunidades, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as das instâncias promotoras, evidente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidades visadas.

Este tipo de projeto é muito comum no Brasil, e não é diferente em Juscimeira, onde o caráter político-eleitoral, assistencialista, acaba prevalecendo até mesmo para a criar uma relação de dependência dos eleitores com a classe política. Apesar de conhecido mundialmente que o assistencialismo, ao invés de resolver, agrava ainda mais a dependência das pessoas e comunidades.

1.4 INFLUÊNCIAS DA CIPA E COMAJUL NA DETERMINAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE JUSCIMEIRA

Somada aos incentivos da colonização implementada pelos governos federal e estadual, a iniciativa privada foi de extrema relevância nesse processo, sendo responsável por grande contingente de migrantes em terras mato-grossenses. No caso da CIPA – Colonização Industrial Pastoril e Agrícola, uma empresa privada com sede na cidade paulista de Presidente Prudente do Estado de São Paulo, que a partir de 1949 deu início ao processo de colonização na região do vale do rio São Lourenço. Esta que objetivou a demarcação das glebas e, posteriormente, a venda das mesmas, através de corretores que disseminavam folhetos informativos junto às estradas de ferro de Sorocaba (SIQUEIRA, 2002).

É importante ressaltar que, embora a agricultura tenha sido de subsistência por parte dos pequenos produtores da Colônia de Fátima de São Lourenço, a mesma foi de suma relevância não só para abastecer a demanda local, mas também o mercado de Cuiabá, fornecendo bases para a formação de núcleo urbano nesta cidade, uma vez que era relativamente bem estruturada, para a época, em termos de atividades comerciais, culturais e serviços, a Colônia Estadual de São Lourenço de Fátima se tornou distrito de Cuiabá, em 1953 e após o desmembramento de Jaciara, ficou pertencendo a este município.

Vale destacar também no processo de colonização e povoamento do município de Juscimeira, a importância da fundação da Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Limitada – COMAJUL, implementada no dia 06 de junho de 1978 no Distrito de Juscimeira, município de Jaciara, Estado de Mato Grosso. Teve como idealizador Pe. João Johannes Henning. Este projeto foi continuação da “Associação Amigos de Juscimeira”, que o mesmo havia criado para solucionar problemas comuns do grupo de produtores ligados a essa associação. Porém, dada a amplitude dos problemas, tornou-se necessário uma organização que atendesse aos anseios da comunidade local.

Desta forma, foi instituída a sede administrativa da Cooperativa nas dependências da Paróquia Bom Jesus de Juscimeira. Com 58 associados fundadores, composto de pequenos agricultores, sendo realizada a Assembléia Geral de Constituição, elegendo para o primeiro Presidente da Cooperativa o Sr. Pe. Johannes Berthold Henning e para Vice-Presidente o Sr. Álvaro Martins. Os resultados destes projetos de colonização serão enfatizados com mais detalhes no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

PANORAMAS AMBIENTAL E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

Este capítulo retrata o processo de colonização e constituição do município de Juscimeira de acordo com os panoramas ambientais e históricos. Ressalta também as influências dos poderes federal e estadual através das políticas de colonização, das quais o município é reflexo.

Enfatiza ainda a relevância da CIPA, no processo de execução da colonização, uma vez que esta teve a missão de fazer os loteamentos e a venda dos mesmos. E por fim, a participação da COMAJUL, no processo de consolidação do município através de iniciativas endógenas de cooperativismo.

2.1 FORMAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

Segundo Moura (1983) o espaço que constitui o município de Juscimeira permaneceu, praticamente quase todo desocupado até a segunda metade do século XX, embora a ocupação do Estado de Mato Grosso tenha iniciada já no século XVI e XVII pelos Bandeirantes e Jesuítas. Porém, é a descoberta do ouro no século XVIII, que propiciaram a formação de diversos povoados localizados na porção central do Estado, que se limita à exploração e extração do metal para atender os interesses mercantis da metrópole portuguesa.

No século seguinte, a ocupação e formação do espaço mato-grossense foram muito lentas, devido ao declínio do ouro, onde muitas áreas estagnaram e outras foram à falência, destacando-se apenas algumas áreas no sudeste de Mato Grosso, que receberam alguns fluxos migratórios atraídos pela criação da pecuária bovina introduzida no Estado desde o século XVIII. Já nos últimos anos do século XIX, teve início uma nova fase econômica em Mato Grosso, a exploração vegetal. No início a mesma era baseada na produção de erva-mate e poaia, posteriormente da borracha, que a exemplo de outras faces econômicas, também entrou em decadência (MOURA, 1983).

Foto 1- Município de Juscimeira - MT



Fonte: Disponível em www.juscimeria.news.com.br, acesso em janeiro de 2008

Localizado na região sudeste de Mato Grosso, a Leste com o Estado de Goiás e ao Sul com Mato Grosso do Sul, o município de Juscimeira possui uma topografia plana ou levemente ondulada, com clima tropical semi-úmido, caracterizado por um período mais seco entre maio e setembro e com maior ocorrência de precipitação entre dezembro e fevereiro, o

que destaca como sendo ideal para aproveitamento econômico. No que tange ao solo, a predominância do podzólico (vermelho-amarelo), possuindo relevantes reservas de nutrientes apresentando condições favoráveis para implementação de empreendimentos agropecuários, pois apresentam alta produtividade anuais e sustentabilidade das pastagens cultivadas (IBGE, 2006).

Foto 2 - Sede do município de Juscimeira MT



Fonte: Disponível em www.juscimeria.news.com.br, acesso em janeiro de 2008

A sede a qual pertence o município de Juscimeira, destacada na foto 1, tem o nome originado da fusão dos dois povoados Jusci = Juscelândia e Meira = Limeira, que em detrimento da proximidade e do crescimento destes tornou-se imprescindível a fusão.

Foi habitada por povos indígenas (Bororo). Todavia, no que tange aos pioneiros desbravadores, chegaram a meados da década de 40, como o Sr. Milton da Costa Ferreira, ancorado no projeto de colonização, sob orientação do Marechal Cândido Rondon.

Esta região que foi habitada por povos indígenas (Bororo) ficou até o ano de 1940 à margem da colonização, sendo até então destinada apenas à criação extensiva de gado, cujo

excedente de produção era para abastecer o mercado de Cuiabá. Já no ano seguinte, há uma primeira tentativa de valorização do Vale São Lourenço, o qual Juscimeira faz parte, através da política de colonização federal, quando foi marcada a criação das colônias agrícolas nacionais, isto respaldado na idéia de ocupar o Centro-Oeste.

Na tentativa de intensificar a política de colonização, iniciada pelo governo federal, ainda na década de 1940, o governo Estadual criou a CPP – Comissão de Planejamento de Produção, sendo várias colônias criadas, inclusive a do Vale São Lourenço. Ainda no mesmo ano o governo Estadual cria núcleo de colonização, chamada de Colônia Estadual de Fátima de São Lourenço em um total de 18000 ha, distribuída em 227 lotes, em média de 20 ha cada (MOURA, 1983).

Como consequência destas políticas de colonização a comunidade de Juscimeira é constituída por migrantes, principalmente, paulistas e mineiros, que se aventuram a partir da segunda metade do século XX, atraídos por propagandas de terras a baixo custo se comparado ao da região sul e sudeste. Estes se fixaram e começaram um processo de “criação de identidade”, que ainda não consolidou, uma vez que a população predominante é composta por filhos dos migrantes que ainda conservam valores de suas origens.

A topografia plana com leves ondulações é outro fator indispensável para a fixação dos migrantes nesta região, onde se aproveita melhor o solo, uma vez que, o relevo montanhoso é de aproximadamente de 15%, ondulado 45%, plano 37% e 3% de várzea. Além de contar com um potencial hídrico, onde as margens dos rios São Lourenço, Areia, Corguinho e outros podem ser aproveitados em projetos de irrigação, dentro das possibilidades que os mesmos oferecem (IBGE, 2006).

Outra característica importante a ser ressaltada referente ao solo, de acordo com a prefeitura municipal de Juscimeira, é o predomínio do latossolo vermelho claro que apresenta facilidade de implementação de recursos tecnológicos, ou seja, a utilização da mecanização na lavoura caso já presente na produção da cana de açúcar e produção da soja. Sendo o arroz, o milho, o algodão e as pastagens atividades mais indicadas para este tipo de solo presente no município.

No que diz respeito a vegetação, cerca de 85% da área do município já é explorada com lavouras e pastagens. Referente a mesma há um crescente arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar para a Usina Jaciara, que fica aproximadamente 10 Km da sede do município de Juscimeira. Já em relação aos tipos de vegetais, são predominantes os cerrados, matas e campos, características comuns do cerrado brasileiro, no qual o município está inserido (IBGE, 2006).

As limitações se dão devido à acidez elevada e conseqüentemente a fertilidade baixa em solos de textura média que geralmente precisam de correção da acidez e controle de erosão, para serem aproveitados com melhores índices de produtividade. Soluções que iniciaram a partir da década de 60 e principalmente a década de 70, através do crédito rural e dos investimentos em pesquisas científicas que propiciou a incorporação destas áreas ao processo produtivo.

A comunidade de Juscimeira é constituída por migrantes, principalmente, paulistas e mineiros, que se aventuram a partir da segunda metade do século XX, atraídos por propagandas de terras a baixo custo se comparado ao da região sul e sudeste. Estes se fixaram e começaram um processo de “criação de identidade”, que ainda não consolidou, uma vez que a população predominante é composta por filhos dos migrantes que ainda conservam valores de suas origens.

2.2 INFLUÊNCIAS DOS PODERES PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAL NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE JUSCIMEIRA

Vale destacar as primeiras tentativas de ocupação tomadas pelo governo federal, nas chamadas “Marcha para o Oeste”³ como conseqüência em 1943 criam-se as Colônias Agrícolas, sendo em Mato Grosso criado em 1943 a colônia agrícola nacional de Dourados, ao Sul do Estado. Estas iniciativas foram fundamentais para atração de fluxos migratórios para o Estado. Ancorado nestes ideais, o Governo de Mato Grosso, em 1947 cria diversos organismos, cuja atribuição é a criação e organização de colônias agrícolas, como requisito para acelerar o processo (MOURA, 1983).

³ Criada pelo governo de Getúlio Vargas, início da década de 1940, para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste.

E como consequência destas políticas de ocupação, na década de 40 o Governo de Mato Grosso implanta a colônia de São Lourenço de Fátima, sob administração da empresa CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola, adquiriu (através de compra) para fins de colonização 70 000 hectares de terra, e iniciou o processo de distribuição da mesma através da venda de lotes, que passaram ser efetivamente ocupados na década seguinte por pequenos e médios produtores para atividade agrícola e grandes lotes (latifúndios), voltados para a criação bovina de corte, dando origem ao município de Jaciara, o qual se desvinculou de Cuiabá em 1958, que mais tarde, em 1979 se dividiu para criar o município de Juscimeira (MOURA, 1983).

A política intitulada Marcha para o Oeste nos anos 1960, que teve seu ápice na construção da capital nacional (Brasília), propiciou a criação de um novo sistema rodoviário nacional, o que significou uma nova etapa na história de Mato Grosso, repercutindo na região que se constituiu o município de Juscimeira. Este sistema não só criou novas estradas, como recuperou e melhorou as já existentes, o que deu mais dinamismo as relações comerciais.

O resultado desta ação do poder público para a região foi, entre outras coisas, a mudança do traçado da BR 364. De forma a economizar os poucos recursos financeiros disponíveis, o seu traçado seguia o alinhamento dos topos aplainados dos planaltos sedimentares mato-grossenses. E somado aos interesses das empresas colonizadoras, para diminuir a extensão e a crescente importância de Jaciara no cenário econômico do Estado, foi feito o desvio de São Lourenço de Fátima para Jaciara.

As consequências deste novo traçado da BR-364⁴, para a Colônia de Fátima de São Lourenço, até então sede distrital, foi marginalizadora, uma vez que passou a não receber influências da estrada e ficando em uma situação de isolamento e gradativo declínio. Os colonos da mesma, em sua maioria, possuíam lotes relativamente pequenos (entre 20 e 50 ha de terra), os quais já estavam em exaustão, devido aos vários anos de cultivo sem a devida correção do solo. Eles não tinham acessos aos créditos financeiros e assistência técnicas

⁴ A BR-364 é uma importante rodovia do Brasil que se inicia em Limeira-SP, passa por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. É de fundamental importância para o escoamento da produção de toda região norte e centro-oeste do País. (Wikipédia, 2008).

agrícolas de modo a aumentar sua produtividade de sua terra, em virtude disso começam a viver o processo de expropriação.

Além deste fator negativo para a colônia de Fátima de São Lourenço, soma ainda a este período o término da construção da ponte de concreto que estava a cargo do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens. Esta empregava grande parte da mão-de-obra local. Fato que sustentava o povoamento da região. Com a saída da empresa construtora praticamente acaba com grande parte do pequeno comércio e serviços da região.

Por outro lado, o efeito gerado com a mudança do projeto da BR-364 beneficia diretamente ao município de Jaciara, do qual Juscimeira fazia parte. O novo traçado estimulou fluxos migratórios em direção a Jaciara e seus arredores, sendo atrativos até mesmo de alguns moradores de Fátima de São Lourenço.

A partir deste fato, a CIPA vende quase todos seus Lotes a pequenos proprietários. Além de outros proprietários fundiários que haviam adquirido grande quantidade de terra, aproveitam para vender em pequenos lotes. Um deles que comprou uma grande quantidade de terra da CIPA, destinou suas terras a colonização e formou um núcleo urbano de nome Limeira, que se unindo a Juscelândia outro povoado da mesma época, deu origem mais tarde ao nome do distrito de Juscimeira, que pouco depois iria a se constituir município de Juscimeira (MOURA, 1983).

Assim, na década de 60, o número de arrendatários e parceiros aumentam em muito, apesar de que com a legislação trabalhista do campo em 1963 provoca uma gradativa expulsão dos camponeses moradores pelos proprietários de terra, que vêem mais vantagem, e ver livres de obrigações com os trabalhadores, para não correrem o risco de perderem a terra. Como consequência, o proprietário prefere alugar a mesma aos pequenos produtores camponeses, que passam a servir de mão-de-obra assalariada para a fazenda em certos períodos, como: colheitas, acero de cerca, de carpas e de outros serviços específicos de cada propriedade.

Ainda na década de 60, mais precisamente na segunda metade, outro fator vai ser decisivo para o crescimento demográfico de Jaciara e arredores. Com o propósito de substituir as obsoletas usinas de açúcar e aguardente das margens do rio Cuiabá, o governo Estadual em

1966 implanta uma usina de açúcar e álcool em Jaciara. Esta usina que depois de resistir a algumas crises, o governo vende em 1972 para um grupo empresarial de Goiânia. Este que com capital próprio incrementa a produção de açúcar e álcool em produção de escala, empregando maior quantidade de mão-de-obra e agregando maior quantidade de terras para cultivo de cana.

Esta expansão da usina Jaciara beneficia a região, que atualmente constitui o município de Juscimeira, uma vez que são muitos trabalhadores deste município que estão prestando serviços à usina, além de muitos proprietários que arrendaram terras para a empresa plantarem cana-de-açúcar. Este processo de desenvolvimento foi fundamental para que Juscimeira se tornasse mais tarde, em 1979, município.

2.3 COMO A HISTÓRIA DE JUSCIMEIRA SE VINCULA EXISTENCIALMENTE À HISTÓRIA DA CIPA

Há de ressaltar que o Governo Estadual de Mato Grosso tinha grande interesse que houvesse uma larga participação particular na exploração, uma vez que o governo não tinha recursos para financiar estas colônias. Em consequência disto, paralelamente à criação da Colônia Estadual de Lourenço de Fátima criada pela empresa Industrial, Pastoril e Agrícola LTDA – CIPA. Desde 1945 o proprietário da mesma ao chegar a Mato Grosso à procura de terras para implantar a colonização particular, incentivado pela notícia de existência de reservas destinadas à colonização.

A Colônia Estadual de Fátima foi construída às margens da BR – 364 que teve nos anos seguintes a fase de crescimento e valorização. É importante frisar que grande parte das cidades da Região Sul de Mato Grosso foram criadas às margens desta rodovia, sendo a mesma de grande importância para o Estado, por ligar a vários outros Estados da Federação, como Mato Grosso do Sul e Goiás.

Já em 1946, após ter comprado cerca de 70 000 ha de terras obtido a títulos provisórios, a CIPA iniciou a exploração efetiva, construindo estradas, levantamento topográfico e loteamento. Sendo grande a venda destes lotes no interior de São Paulo, Alta Sorocabana, por meio de corretores que estavam atuando no setor.

Muitos destes compradores, que na maioria eram de outros Estados, sequer sabiam onde exatamente localizava-se sua propriedade e, como consequência, deixavam-na improdutiva. Siqueira (2002) relata que:

Aqueles trabalhadores do campo, expulsos das terras onde trabalhavam e impossibilitados de adquirirem-nas através da compra, acabaram por ocupar terras até então desabitadas e improdutivas. Ali, fizeram suas roças e iniciaram uma produção agrícola, de forma artesanal. Enquanto a região ocupada por esses pequenos lavradores conseguiu se articular ao grande capital, outros proprietários chegavam e adquiriam as terras.

É importante ressaltar também, que este fenômeno foi comum em toda a região que compõem a bacia hidrográfica do São Lourenço. Partindo do princípio de que somente quem tinha renda poderia ser proprietário, a maioria da população não tinha condições para adquirir, pela compra. Muitos casos, mesmo trabalhando nas atividades.

Em decorrência desta não capacidade financeira de ocupar as terras, muitas delas foram requeridas ao Estado pelos fazendeiros, vindo a transformar em atividade pastoril. Entretanto, como consequência da implantação da Colônia surge um grande número de pequenos produtores, posseiros e alguns latifundiários. Vale destacar que os pequenos produtores dedicavam-se às culturas de subsistência do arroz, milho e feijão. O excedente era destinado à venda no mercado de Cuiabá.

Embora os lotes tenham sido vendidos no final da década de 1940, é no início da década de 1950 que de fato começam a chegar as primeiras famílias de colonos, na segunda metade desta década, a colonização se torna mais efetiva com a chegada de um maior número de imigrantes formando mais glebas.

E assim, somente a partir de 1950 estes lotes depois de serem demarcados passam a ser de fato adquiridos e ocupados por famílias oriundas de Minas Gerais, São Paulo, Nordeste, além de Cuiabá. Apesar da ocupação, não havia técnicas apropriadas para o cultivo do solo do cerrado, o que limitou a exploração das 18000 ha destinadas a Colônia, para apenas cerca de 3000 ha sendo de fato ocupadas, o que correspondeu a 90 lotes (MOURA, 1983).

Durante os anos 1950, já existiam médias e grandes propriedades, embora predominassem os agricultores de base familiar, somados aos tradicionais latifúndios existentes. Culminando com estes fatos, a Região teve um aumento considerável de trabalhadores rurais assalariados de grande importância para a derrubada da mata, construção e acero de cerca e outras atividades pertinentes à época. Muitos destes trabalhadores rurais assalariados eram donos de lotes que, para compensar os períodos de menor rentabilidade de sua produção, vendiam sua força de trabalho.

É importante ressaltar que, embora a agricultura tenha sido de subsistência por parte dos pequenos produtores da Colônia de Fátima de São Lourenço, a mesma foi de suma relevância não só para abastecer a demanda local, mas também para abastecer o mercado de Cuiabá, fornecendo bases para a formação de núcleo urbano nesta cidade, uma vez que era relativamente bem estruturada para a época em termos de atividades comerciais, culturais e serviços, a Colônia Estadual de São Lourenço de Fátima se torna distrito de Cuiabá, em 1953, após o desmembramento de Jaciara, fica pertencendo a este município.

Na região de Juscimeira e arredores a agricultura teve grande desenvolvimento por causa da alta fertilidade do solo, tendo como destaque a plantação da cana-de-açúcar. Este desenvolvimento começa a se consolidar a partir da década de 60, como destaca Siqueira (2002) “A região se desenvolveu a partir de 1961, com a construção da BR-364. Até 1967, na região do atual município existiam apenas pequenos povoados como Limeira, Juscelândia e outros, os quais se uniram, formando a cidade do município”. Com a vinda de migrantes das regiões Sudeste e Sul do País, intensificam-se a concentração de terras, uma vez que os antigos, primeiros migrantes a se fixar nesta região, geralmente pequenos proprietários, tinham insuficiência de capital para concorrer com o grande capital dos novos migrantes, fato que estimulou os pequenos proprietários a venderem seus lotes.

Esta situação faz auferir que a intenção destas empresas colonizadoras não é de colonizar a terra, no sentido real do termo, isto é, fixar o colono e lhe dar condições necessárias para produzir, mas tão somente criar uma reserva de mão-de-obra, de modo a tornar viável o seu empreendimento, subordinando os trabalhadores ao sistema capitalista de produção.

2.4 RELAÇÃO ENTRE A COMAJUL E A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

No decorrer da década de 70, verificou-se que à medida que as propriedades aumentavam, ampliava-se a área coberta por pastagens, ao passo que, as de menores dimensões, a área dedicada ao cultivo agrícola era predominante. Porém, com a implantação de um laticínio em Juscimeira, com créditos concedidos pela SUDAM³, e em 1979, a COMAJUL – Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Limitada, este cenário começou a mudar. Com a implantação da agroindústria e da cooperativa, através de diversas medidas, favoreceram pequenos e médios agricultores que se dedicavam a agricultura de subsistência, que melhor estruturados financeiramente, conseguiram até então, resistir aos mecanismos de destruição da pequena produção (como a falta de estratégias de escoamentos dos produtos ou abandonos das propriedades) e que viram na pecuária leiteira a saída mais viável.

No entanto, Moura (1983) alerta para a dicotomia deste sistema:

Os diversos mecanismos impostos pela indústria do leite e pela cooperativa, seja através de fixação de preço do produto ou de sua qualidade, seja através de concessões financeiras, faz com os pequenos e médios produtores permaneçam sempre subordinados a estas empresas capitalistas, que os impedem de ascender enquanto classe social, a bem do seu próprio crescimento e expansão.

Apesar de que é preciso fazer uma ponderação, pois se percebe que nos últimos anos do século XX e começo do século XXI, nota-se uma relativa melhora na vida de muitos pequenos produtores que tem conseguido se manter com renda capaz de atender suas demandas familiares, além de uma notável melhora na qualidade de vida facilitado muitas das vezes por créditos concedidos pela COMAJUL, que tem aperfeiçoado através de tecnologias que facilitam o manejo e a produção do leite.

Com objetivo social, nos moldes da colaboração recíproca dos associados, a Cooperativa visava estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, a venda de sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais e também o escoamento dos produtos de origem vegetal ou animal dos

associados até as dependências da Cooperativa. Sendo a área de atuação os municípios de Jaciara (do qual Juscimeira era distrito), Dom Aquino e o Povoado de Boa Vista no município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.

No início das atividades a situação era bem precária, uma vez que as lavouras eram implementadas por mecanismos rústicos, como: enxada, machado, foice e tração animal. Somado ao fato da expansão da fronteira agrícola, esta que era realizada por mecanização, com o melhor que tinha de tecnologia à disposição, inviabilizava os pequenos produtores e sua auto-sustentabilidade em relação ao campo. Sendo necessário outros mecanismos alternativos para os mesmos produzir seu sustento sem ter que abandonar suas atividades

A necessidade de constantes investimentos no setor levou a COMAJUL a estabelecer um convênio com a COPLEIBÁ, dando início o setor leiteiro com a criação de posto de resfriamento de leite em Juscimeira. Vindo sucessivamente adquirir os Laticínios São Bento no município de Dom Aquino, o do Vale do São Lourenço no município de Jaciara e por fim incorporação da COPLEIBÁ. Isto propiciou à COMAJUL a monopolizar totalmente a atividade leiteira, desde a coleta do leite in-natura⁵, o resfriamento, o beneficiamento e produção de leite pasteurizado e seus derivados, como se vê pelas fotos que se seguem.

Foto 3 - Refrigerador de Leite



Foto: Braz da Silva Oliveira, novembro de 2007

⁵ Produto natural que não foi agregado valor industrial.

A coleta do leite in- natura é feita nas propriedades rurais, onde as mesmas possui refrigerador para manter a qualidade e higiene do produto, como se observa na foto acima. Esta preocupação com a qualidade do leite desde da propriedade rural até o Laticínio faz parte das exigências da COMAJUL, e as necessidades de modernização que o setor demanda.

Foto 4 - Cocheira de alimentação do gado



Foto: Braz da Silva Oliveira, novembro de 2007

Neste processo de modernização e aumento da produtividade do leite é indispensável maximizar a alimentação do gado leiteiro, que em algumas propriedades do município se faz por cocheiras, as quais propiciam a alimentação em um espaço delimitado, facilitando melhor aproveitamento dos nutrientes fundamentais para o aumento da quantidade produzida do leite.

Foto 5 - Ordenha



Foto: Braz da Silva Oliveira, novembro de 2007

Diante do aumento da produtividade e da necessidade de higiene na coleta do leite, torna-se fundamental o uso da ordenha, que através deste equipamento extrai o produto de forma mais rápida e de melhor qualidade. Propicia ainda que a coleta seja realizada em um local limpo, evitando contaminações de bactérias. Esta e outras conquistas serão amplamente discutidas no capítulo vindouro, dada sua relevância no setor de produção.

2.5 HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO

Todos estes processos históricos, políticos, sociais e econômicos cristalizaram no município de Juscimeira, oriundos do crescimento demográfico que vivenciou na década de 60 e principalmente na de 70. Nos moldes deste contexto, se enraízam o desejo de auto-sustentabilidade, ou seja, conseguir sua emancipação política. Que até então pertencia ao município de Jaciara, este que resistia à idéia, por considerar muito próxima as duas localidades.

Em 1968, o vereador Jurandir Pereira da Silva encaminhou a Câmara Municipal de Jaciara, a quem o povoado estava jurisdicionado na época, a proposta do novo nome do lugar. Assim foi feita a Lei nº 2.919, de 06 de janeiro de 1969, que ia operar a alteração de

denominação dos distritos de Juscelândia para Juscimeira, mas o Ato Complementar Federal nº 46, de 07 de fevereiro de 1969 impediu a execução da lei. Com a insistência do povo e a Lei nº 3.761, de 29 de junho de 1976, alterou a denominação do distrito para Juscimeira.

Ainda no ano de 1969, Ramon Araújo Itacaramby, prefeito do Município de Jaciara, no intuito de unir as duas povoações, construiu uma escola municipal quase na divisa dos vilarejos, ensejando a fusão. Em 1970, os padres João e Mário Hering edificaram a igreja de São Bom Jesus de Juscimeira, na divisa dos dois povoados, contribuindo definitivamente para a solução do distanciamento psicológico dos dois núcleos populacionais.

Juscimeira progredia, agora núcleo urbano único, assim como se desenvolvia toda a região. Juscimeira almejava o passo definitivo para a emancipação política, mas teve pela frente a vontade política decidida de Jaciara, que não consentia em perder o distrito de Juscimeira. Assim, demorada luta política impediu a criação do município. Jaciara alegava a demasiada proximidade entre os dois lugares.

No entanto, Juscimeira, demonstrando alta capacidade de produção, e motivados por interesses políticos locais, convenceu os poderes estaduais da necessidade da emancipação. Desta forma foi instituído, Distrito de Juscimeira pela Lei nº 3.761, de 29 de julho de 1976 e como município pela Lei 4.148, de 10 de dezembro de 1979, com uma área de 2.244,50 km², distante, aproximadamente 156 km da capital do Estado Cuiabá, tendo como denominação os habitantes juscimeirenses. Passando a pertencer ao município, os distritos de São Lourenço de Fátima instituído pela Lei nº 673, de 11 de dezembro de 1953; Irenópolis pela Lei nº 2.129, de 21 de janeiro de 1964; Santa Elvira pela Lei nº 3.763, de 29 de julho de 1976 e pelo povoado de Placa Santo Antônio, (IBGE, 2007).

Com a emancipação foi nomeado para prefeito, Ramon Araújo Itacaramby como primeiro prefeito do município, atuando em 07/02/81 até 1982. Período considerado transitório até serem realizadas eleições para que de fato pudesse escolher o primeiro prefeito de forma eletiva pela população local, que teve como vencedor Daniel Matheus Barbosa, filho de um dos fundadores do município, em 1983, tendo seu mandato estendido até 1988, o qual teve no início de seu governo que elaborar uma estrutura administrativa básica plausível para conduzir as atividades da gestão.

Para isto criou a Lei Nº 01 de 07 de abril de 1983, que dispôs sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Juscimeira e da estrutura do seu quadro de pessoal. Esta Lei foi sancionada pelo então prefeito Daniel Matheus Barbosa no dia 18 de abril de 1983.

Este que é composto por:

- I – Chefia de gabinete do prefeito
- II – Assessoria do prefeito
- III – Assessoria Jurídica
- IV – Secretaria Geral
- V – Divisão de finanças
- VI – Divisão de obras e serviços urbanos
- VII – Divisão de educação e cultura
- VIII – Divisão de saúde e promoção social

É importante enfatizar que neste período da criação desta primeira Lei municipal, se tornava necessário também, a criação de outras Leis, como Nº 02 de 18 de abril de 1983 no intuito de abertura de crédito especial e de outras providências. Valor que correspondeu na época 500.000,00 quinhentos mil cruzeiros, para comprar equipamentos eletrônicos e conectores.

No entanto, o município que estava em fase de afirmação, tornou-se necessário a criação de símbolos para definir sua própria identidade de município. Desta forma, Lei Nº 03 de maio de 1983 foi criado os símbolos do município: Brasão, Bandeira e Hino Municipal.

Quanto ao município de Juscimeira, ao longo dos anos de emancipação política, 1979 até a situação vigente, foram elaborados alguns projetos, ou propostas de Lei, visando promover algumas melhorias e concessão de benefícios sociais aos munícipes. No entanto, é importante observar que, a década de 1980, desde a Lei Nº 01 de 07 de abril de 1983, a qual dispõe sobre formação da estrutura administrativa da prefeitura municipal, constituindo o quadro pessoal da prefeitura de Juscimeira, vai se limitar praticamente a organização da estrutura administrativa, isto é, abertura de crédito (Lei Nº 02 de 18 de abril de 1983) que propiciou ao município a liberação de um crédito de 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros)

para aquisição de equipamentos eletrônicos, conectores e outros, bem como a criação de símbolos do município já enfatizado.

Uma vez que o município ainda estava em fase de organização, o então prefeito Daniel Matheus Barbosa⁶ (primeiro prefeito eleito pelo voto direto do município), contraiu mais empréstimo (26 de setembro de 1983) para construção da atual sede da prefeitura. No mesmo ano, foi aprovada a Lei Nº 18 de 17 de novembro, decretando feriado municipal em 10 de dezembro.

Já no que tange a grandes obras ou realizações com características visando o bem estar social, pode-se destacar a Lei Nº 062 de 09 de maio de 1986, estabelecendo convenio com DERMAT – Departamento de Estradas e Rodagens de MT, para pavimentar, o correspondente a 60% da cidade de Juscimeira (tamanho da cidade correspondente aquele ano, segundo o ex-prefeito Daniel Matheus Barborsa). A dívida do mesmo foi paga em 1988, pelo então governador do Estado: Carlos Gomes Bezerra, em troca de apoio municipal por parte do prefeito ao então governador.

2.5.1 Situação Política em Juscimeira nas Décadas de 1980 e 1990

A década de 1970 foi voltada à tentativa de estruturar, criar condições de trabalho e solidificar as instituições criadas, que quase sempre eram feitos recorrendo a empréstimos, ou seja, buscando alternativas externas para problemas internos, ou ainda não capacidade, não buscando soluções de auto-sustentação.

Ao recorrerem à empréstimos para suprir suas deficiências administrativas, pois o município ainda não tinha base sólida de sustentação, dava-se início ao ciclo da dependência de instâncias estaduais e federais para sua manutenção. Esta dependência iniciou-se em um período também conturbado, em que o País passou altos índices de inflação. Este processo inflacionário obrigou os prefeitos a efetuarem constantes reajustes salariais, para corrigir ou amenizar as perdas na renda dos funcionários públicos municipais.

⁶ Entrevista autorizada concedida ao pesquisador em outubro de 2007.

No que diz respeito a iniciativas da comunidade local em promover melhoria comunitária, vale destacar algumas associações de pequenos produtores rurais. Estas associações, que em março de 1989 foram declaradas pelo município, como sendo de utilidade pública; prática comum da época para conseguir levantar dinheiro público, em favor das associações. Estas que na maioria das vezes, visava receber ajudas externas, como máquinas, sementes, e adubos. O que se percebe, é que não houve tentativa de se praticar o desenvolvimento endógeno nestas associações, ou seja, estas não buscavam se auto-organizar e gerir seus anseios de dentro para fora, visando o verdadeiro desenvolvimento local, onde a própria comunidade seria criadora e gestora de seus projetos.

Algumas destas associações tiveram um começo glorioso, vindo a participar de suas reuniões ordinárias, até 100% dos associados. Impulsionado também, pela doação de um trator para cada associação, por parte do então governo, que de início soou como solução para desenvolver a região. Contudo, o que se percebeu depois de alguns anos, foram denúncias de corrupção, (embora quase sempre sem fundamentação), desinteresse por parte dos associados em participar das reuniões; em decorrência da depreciação da máquina (trator), começaram a ocorrer constantes quebras de peças o que inviabilizava a manutenção.

O objetivo era oferecer o trabalho ao custo de 50% do valor do custo vigente para os associados, o que em tese seria vantajoso para os associados. Porém, esta prática funcionou nos primeiros anos, uma vez que o trator era novo e com baixo custo de manutenção.

No entanto, a falta de um projeto sólido, ancorado em iniciativas das próprias comunidades locais de auto-sustentação, levou estas associações a fins parecidos: quase todas dissolveram. As que sobreviveram, funcionam com outras finalidades, como formação de preços, levantamento de crédito e curso de capacitação. Se houve avanço na maneira de gerenciar estes projetos, vai ser preciso esperar para ver os resultados.

O fato é que no atual contexto, uma associação tem a função de dirigir as demais. Ela é o órgão máximo pelas diretrizes das outras, que são subordinadas. Sendo uma exigência do Estado para mensurar e avaliar as associações do município. O que na prática reflete uma imposição de fora para dentro das associações, características comum do assistencialismo, o que leva a indagar se houve ou ainda se há algum projeto que tenha características endógenas de desenvolvimento.

Na atual conjuntura política e administrativa do município, percebe-se que não se consegue mantê-la sem ajuda de repasses de recursos da união. E há freqüentes interrupções de energia elétrica na prefeitura, por falta de pagamentos, além da quase inexistência de realizações de obras. Essa deixa o município estagnado, em situação depreciativa, uma vez que muitos moradores tendem a buscar outras regiões que oferecem melhores oportunidades de crescimento financeiro. Estes e outros fatores provocam o estrangulamento da economia local, aumenta o descrédito por parte da população, que por sua vez, é dependente de iniciativas de governantes, pois a mesma tem dificuldade em se auto-organizar.

O segundo prefeito foi Sebastião Rodrigues Bonfim, que venceu as eleições contra Ramon Araújo Itacaramby, sua gestão foi entre 1989 a 1992 sendo eleito por apenas sete votos de diferença, teve como marca a construção de postos de saúde, algumas pontes de madeira. O terceiro, Francisco Bezerra, de 1993 a 1996, que superou Ramon Araújo Itacaramby, teve entre seus principais trabalhos realizados algumas melhorias na área da saúde, como presença constante de médicos nos hospitais e nos postos de saúde. É importante destacar também nesta gestão a construção de um ginásio esportivo e doações de terrenos para famílias de baixa renda. O quarto, Ramon Araújo Itacaramby, de 1997 a 2000, gestão que ficou marcada pela construção de redes de saneamentos próximo ao lago, obra realizada também por este gestor.

Já em relação ao começo do século XXI, o quinto prefeito eleito pelo município José Resende da Silva, popularmente conhecido por Zé Guia, teve sua gestão entre 2001 a 2004 um mandato conturbado devido à problemas com a justiça criminal, cuja acusação o levou à prisão e, concomitantemente, a sua cassação em 2004. E o sexto prefeito eleito democraticamente, Dener Araujo Chaves da atual gestão 2005 a 2008, embora ainda não tenha terminado, é visível que a atual gestão encontra dificuldades nos balanços de pagamentos, uma vez que é constante os atrasos na folha salarial dos funcionários municipais, além da prefeitura possuir uma dívida de aproximadamente R\$ 12,5 milhões de reais, segundo o próprio prefeito.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2000) e da Prefeitura Municipal de Juscimeira, em 1982 o município contava com 14.768 habitantes, sendo 4.430 na zona urbana e 10.338 na zona rural. Em 1984, a população do município era de 13.066 habitantes, em 1991 contou com 10.940 habitantes, sendo 7.632 na

zona urbana e 3.308, na zona rural, já em 2000, o município possui 12.060 habitantes, sendo que 7.918, na zona urbana e 4.142, na zona rural.

Observa que nas décadas de 80 e 90 diminuiu-se o número de habitantes do município devido à saída da população do campo para a cidade, e posteriormente, para outros municípios, estados e países, consequência disso foi a falta de mercado de trabalho na cidade. De acordo com IBGE (2000), “[...] surgiu, assim, uma grande periferia com reserva de mão-de-obra barata, principalmente para a Usina Jaciara S.A, que desempenha um papel importante na ocupação de mão-de-obra da região”.

Atualmente as principais fontes de renda do município estão na produção de cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, criação de bovinos, comércio às margens da BR-364 e o turismo.

2.6 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

No aspecto econômico, o município apresenta diversidades econômicas, tais como: agricultura, pecuária, comércio, laticínios e pequenas indústrias. Diante da amplitude que estes itens demandariam e falta de informações registradas, a presente pesquisa se limitará em relação à agricultura e pecuária mais nos aspectos quantitativos das áreas e produção. No setor secundário, a COMAJUL terá um destaque especial em virtude de sua importância econômica e social para o município. E o setor terciário pelo seu destaque turístico em evidência será mais detalhado.

Estas atividades presentes no município é consequência do processo de colonização implantado no Estado de Mato Grosso, ou seja, aproveitamento das potencialidades típicas do Estado. Como observa Moura (1983), a pecuária se destaca desde sua implantação no Estado, graças ao ambiente propício para desenvolver a mesma, principalmente nas áreas do pantanal-grossense. Atividade que passou a ser destaque na economia do Estado, contribuindo gradativamente para ocupar as diversas áreas.

Além desta atividade, o Estado vivenciou no começo do século XX, outro dois ciclos econômicos: 1º o da exploração do diamante que, nas décadas de 20 a 50 foram

fundamentais para o crescimento demográfico no Leste e da região do Alto Paraguai e o 2º e a produção de açúcar que nas décadas mencionadas, obtendo grande influência no poder econômico e político de Cuiabá.

É importante ressaltar que, nenhum destes surtos econômicos chegou ao espaço que constitui o município de Juscimeira, permanecendo à margem do processo de ocupação, o qual somente a partir do momento que o Estado passa para a fase de consolidação do capital industrial, o mesmo é integrado ao processo de ocupação. Neste cenário, Mato Grosso entra como fornecedor de produtos agrícolas mercantis para absorver o excesso de mão-de-obra oriundo da crise de produção do café. Dada a necessidade da ocupação de novas áreas, o governo federal inicia as políticas de colonização das terras até então inabitadas.

No tocante ao perfil sócio-econômico do município destaca-se em especial a atividade leiteira, em detrimento da importância da Comajul na agregação e comercialização dos produtos relacionados a esta atividade, assunto que terá mais destaque no capítulo seguinte.

Em relação à pecuária, o modelo de criação predominante ainda é o extensivo, pelo qual a maioria das propriedades é carente de técnicas modernas para aumentar a produtividade tanto do leite, quanto da carne. Porém, os índices zootécnicos atuais são considerados bons, sendo de natalidade de aproximadamente 80% e em contrapartida de apenas 5% mortalidade dos bezerros. O custo de produção é muito variável, pois durante o período de seca, dada a necessidade de suplementação alimentar os custos se elevam substancialmente, provocando o aumento do preço do leite e seus derivados.

Já no período das chuvas, as pastagens se tornam suficientes para prover a alimentação do gado, em consequência do grande volume de chuvas que floresce e recupera as pastagens desgastadas no período da seca.

CAPÍTULO 3

POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

No presente capítulo retrata as potencialidades econômicas presentes no município de Juscimeira destacando os setores primário e secundário. Através de tabelas e gráficos visa fazer um diagnóstico da realidade econômica do município.

Objetiva também elencar a vocação econômica do município que tem na atividade leiteira uma forma sustentável de agregação de valores nos produtos vinculados a esta atividade.

3.1 SETOR PRIMÁRIO

O setor primário será subdividido em três áreas, levando em consideração a extensão geográfica do município e para facilitar a compreensão das mesmas, o modelo é adotado pelo INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária do Estado Mato Grosso, órgão responsável pelo acompanhamento e monitoramento desta atividade, referente ao mês de dezembro de 2007.

Tabela 1 – Área A do Setor Primário

Área A	1	
Número de Propriedade	606	
Campo de Pouso	1	
Curral	210	
Capacidade Curral	6.049	
Brete	157	
Pistola	358	
Refrigerador	277	
Veículo	193	
Avião	1	
Barco	1	
Área Natural	3.488,71	
Área Cultiva	38.470,36	
Lavoura	752,10	
Mata/Cerrado	9.862,39	
Área Total	49.222,84	
Tipo de Exploração	CRIA	142
	RECRIA	150
	AGROPECUÁRIA	73
	ENGORDA	38
	APICULTURA	1
	AVICUTURA	2
	REBANHO LEITEIRO	19
	SEMI-CONFINAMENTO	1

De acordo com estes dados, percebe-se que somente na Área A, possui 606 propriedades rurais, das quais 277 já possuem refrigerador, fundamental para a qualidade do leite. Observa-se também que há uma tendência de aumentar o número de veículos automotores no transporte rural, uma vez que já são 193 somente neste setor, reflexo também na qualidade de vida do homem do campo.

É fundamental observar que a atividade de cria e recria é predominante consequência da vinculação destes produtores com a COMAJUL, pois na atividade de engorda demandaria custos e mercados diferenciados, não comuns na região.

Tabela 2 – Área B do Setor Primário

Área B		
Número de Propriedade		194
Campo de Pousso		1
Curral		136
Capacidade Curral		23.661
Brete		108
Pistola		188
Refrigerador		117
Veículo		111
Avião		1
Barco		0
Área Natural		486,00
Área Cultiva		26.417,80
Lavoura		3.022,40
Mata/Cerrado		2.110,40
Área Total		31.874,52
Tipo de Exploração	CRIA	98
	RECRIA	92
	AGROPECUÁRIA	20
	ENGORDA	18
	APICULTURA	1
	OVICULTURA	1
	REBANHO LEITEIRO	2
	SUINOCULTURA	1

Na Área B percebe características semelhantes da Área A, embora o número de propriedades rurais é de apenas 194, percebe-se um número considerável que possui refrigerador, mais de 50% das propriedades. Fato que caracteriza uma modernização no manejo do leite, propiciando um produto de melhor qualidade.

Diante das informações fica evidente a vocação do município na exploração do gado bovino, seja na cria, recria, engorda e leiteiro. Ao passo que outras atividades como ovinocultura ou apicultura são praticamente inexplorados.

Tabela 3 – Área C do Setor Primário

Área C		
Número de Propriedade		241
Campo de Pousso		2
Curral		58
Capacidade Curral		12.255
Brete		44
Pistola		122
Refrigerador		47
Veículo		80
Avião		0
Barco		0
Área Natural		1.741,90
Área Cultiva		17.574,06
Lavoura		3.837,50
Mata/Cerrado		4.830,15
Área Total		40.318,60
Tipo de Exploração	CRIA	80
	RECRIA	77
	AGROPECUÁRIA	18
	ENGORDA	10
	AVICULTURA	6
	OVICULTURA	2
	REBANHO LEITEIRO	3
	SUINOCULTURA	1

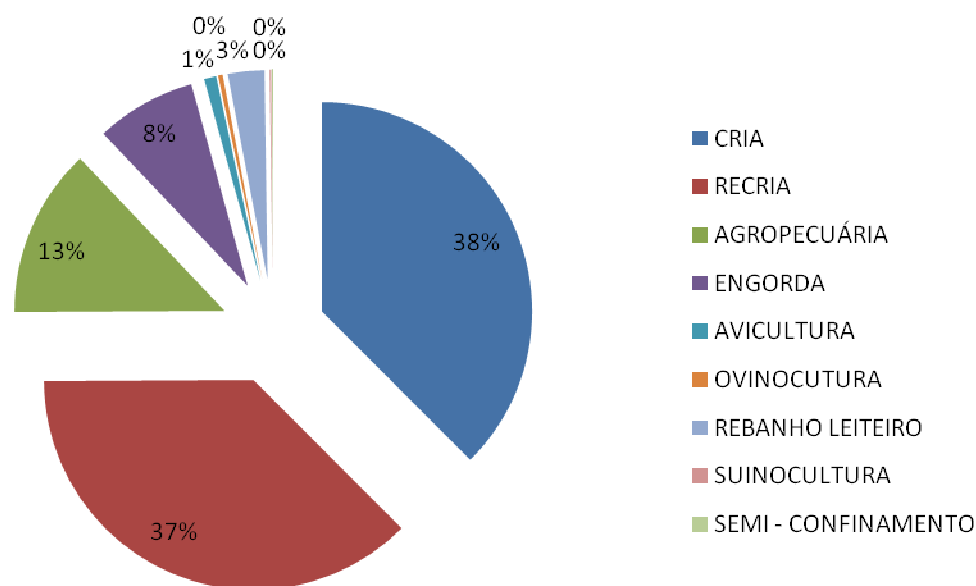
Nesta Área C que conta com 241 propriedades rurais, percebe-se que há um número menor de refrigerador proporcionalmente aos setores A e B. No entanto, observa-se atividades econômicas diferenciadas, como no caso da Avicultura que são apenas 6 neste setor.

Tabela 4 – Total das Áreas do Setor Primário

Total dos Setores Primários		
Número de Propriedade		1.041
Campo de Pousio		4
Curral		404
Capacidade Curral		71.965
Brete		309
Pistola		668
Refrigerador		441
Veículo		384
Avião		2
Barco		1
Área Natural		5.716,61
Área Cultiva		82.462,22
Lavoura		7.611,76
Mata/Cerrado		16.802,94
Área Total		121.415,96
Tipo de Exploração	CRIA	320
	RECRIA	319
	AGROPECUÁRIA	111
	ENGORDA	66
	AVICULTURA	8
	OVINOCULTURA	3
	REBANHO LEITEIRO	24
	SUINOCULTURA	1
	SEMI - CONFINAMENTO	1

Diante do exposto, o setor primário no município de Juscimeira tem na pecuária de gado bovino expressiva dominância. E somando as Áreas A, B e C possuem mais de 1000 propriedades rurais, reflexos do processo de colonização da empresa CIPA, caracterizando o predomínio de pequenos produtores, fato que ajudou no sucesso da implementação do cooperativismo no município.

Embora haja predomínio de pequenos produtores, percebe-se uma modernização no campo, isto é, mais de 40% das propriedades já possuem refrigeradores; o deslocamento do campo para cidade na maioria das vezes é realizada por veículos automotivos; e o comportamento típico do cidadão urbano: consumo de produtos industrializados, acesso a produtos eletroeletrônicos e principalmente a qualificação dos filhos do homem do campo.

Gráfico 1 – Síntese geral do Setor Primário

De acordo com as informações levantadas no setor primário, a atividade predominante no município de Juscimeira está relacionada à pecuária. Mais precisamente no cria e recria, isto se explica pela intensa atividade leiteira presente no município, reflexo da comercialização do leite e seus derivados que a cooperativa COMAJUL realiza.

Com o objetivo de ter uma renda mensal, o trabalhador do campo dá prioridade a atividade leiteira, uma vez que a venda do leite atende este requisito. Para se ter uma idéia, um litro a R\$ 0,57 centavos (referente a maio de 2008), com uma venda diária de 200 litros (fato comum nas pequenas propriedades do município), o produtor receberá aproximadamente R\$ 3420,00. Ao passo que, a agricultura para o pequeno produtor, tornou-se inviável por demandar uso de maquinário em larga escala. Sendo esta atividade predominante para a produção comercial em larga escala, ou seja, comum nas grandes propriedades, as quais mesmo tendo uma ou duas colheitas anuais conseguem se manter auto-suficientes.

3.2 SETOR SECUNDÁRIO

Foto 6 - Bebida Láctea



Fonte: Comajul, janeiro de 2008

Foto 7 - Bebida Láctea



fonte: Comajul, janeiro de 2008

O leite in-natura produzido por pequenos e médios produtores rurais da região passa pelo processo de agregação de valor, como observa-se nas fotos 6 e 7 a bebida láctea fermentada sabor morango e sabor coco é reflexo desta transformação. Esta situação dinamiza o setor e propicia maior geração de empregos e renda para comunidade local.

O setor secundário terá a COMAJUL como destaque, dada sua relevância econômica e social para Juscimeira, somado ao fato que a mesma está diretamente relacionada ao setor primário do município. E por ser considerada uma empresa sólida presente em mais de 25 municípios do Estado de Mato Grosso.

Foto 8 - Sede Administrativa da COMAJUL



fonte: Comajul, janeiro de 2008

Ancorada na liderança e competência de seus líderes, a COMAJUL expandiu e aperfeiçoou sua produção, conquistando novos mercados consumidores e se consolidando cada vez mais, como forte líder de mercado. Com uma sede administrativa bem estruturada, como observa-se na foto 8, sua produção tem se destacado em vários municípios do Estado e de outros Estados.

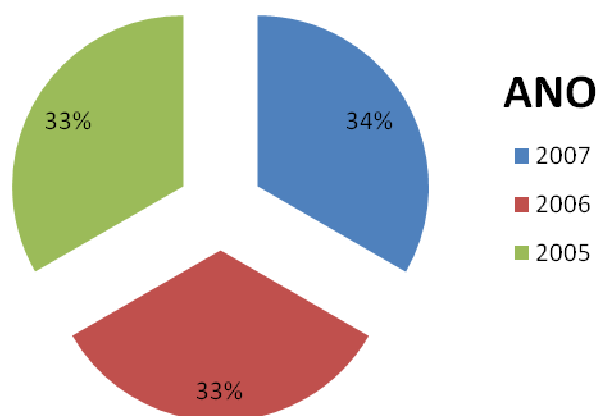
Tem uma área de atuação que abrange 29 municípios⁷, sendo: Juscimeira, Jaciara, Dom Aquino, São Pedro da Cipa, Campo Verde, Rondonópolis, Cuiabá, Várzea Grande, Nova Brasilândia, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Chapada dos Guimarães, Jangada, Poxoréo, Acorizal, São José do Povo, Pedra Preta, Guiratinga, Itiquira, Primavera do Leste, Cáceres, Nobres, Nova Mutum, Poconé, Rio Branco, Paranatinga, Mirassol do Oeste e Barra do Bugres, todos no Estado de Mato Grosso, com uma produção diária considerada no setor como de porte médio para grande. Como se observa na tabela abaixo.

⁷ Informações autorizadas pela Comajul, concedidas ao pesquisador em novembro de 2007.

Tabela 5 - Produção anual de leite da COMAJUL

Mês	2007	2006	2005
Janeiro	4.072.400	3.682.115	3.742.028
Fevereiro	3.441.084	3.148.057	3.153.597
Março	3.580.484	3.314.251	3.527.603
Abril	3.292.751	3.080.977	3.466.932
Maio	3.443.295	3.121.344	3.410.855
Junho	3.329.273	2.937.528	3.339.238
Julho	3.473.666	3.019.855	3.320.836
Agosto	3.845.267	3.021.872	3.199.546
Setembro	3.579.781	3.089.138	3.069.295
Outubro	3.988.737	3.848.998	3.579.888
Novembro	4.454.801	3.932.662	3.941.987
Dezembro	4.745.174	4.148.710	4.066.376
Total	45.246.713	40.345.507	41.818.181
Média dia	124.304	110.839	114.885

Gráfico 2 - Produção anual de leite da COMAJUL



Diante das informações do gráfico acima, observa-se que, em 2006 tenha ocorrido uma pequena queda na produção de leite se comparado ao ano anterior. Em contrapartida, no ano posterior, retomou novamente o crescimento na produção. Este crescimento proporciona reflexos para toda a cadeia produtiva do leite, pois sinaliza maior produção por parte do produtor rural, e este demandará mais matérias primas, as quais alimenta todo o ciclo econômico.

A respeito da geração de emprego e de renda ao longo destes 29 anos de existência, a Cooperativa representou e ainda representa, direta ou indiretamente, um universo de aproximadamente 7000 pessoas, promovendo cooperação econômica e social na região.

A cooperativa conta ainda com técnicos altamente qualificados, como engenheiro agrônomo, médicos veterinários, zootecnistas e outros, que prestam assistência técnicas de forma grupal e individualizada, visando orientar os produtores de leite na parte nutricional do rebanho, melhoramento genético através de inseminação artificial, manejo, sanidade e melhoria da qualidade do leite produzido. Tais fins fazem uso de palestras periódicas nos núcleos e sub-núcleos, demonstrações de novas tecnologias, cursos e convênios do SENAI.

Isto sinaliza o sucesso do cooperativismo no município de Juscimeira, através desta experiência que se iniciou há mais de trinta anos de forma sustentável e valorizando a

produção local. Iniciativas como esta, serve como referência para outros segmentos econômicos no município, onde a mobilização dos munícipes são imprescindíveis na concretização dos objetivos almejados.

CAPÍTULO 4

TERCEIRO SETOR: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS EM DESTAQUE NO MUNICÍPIO

Este capítulo destaca o terceiro setor, em virtude da relevância da atividade turística presente no município, a qual nas últimas duas décadas tem merecido uma atenção especial em conseqüências dos investimentos feitos na construção de inúmeros balneários termais. Também será destacada a construção da hidrelétrica PCH – Zé Fernando, cujo empreendimento de mais de 100 milhões de reais.

Desta forma, visa enfatizar a geração de renda proporcionada por estes investimentos e se estes têm propiciado melhorias na comunidade local. E ainda destacar as potencialidades que podem ser aproveitadas para efeitos de endogenização.

4.1 HISTÓRIA DO TURISMO

Zardo (2003) sintetiza o turismo como tão antigo quanto o homem, uma vez que este era nômade e ao se transformar em um ser sedentário. As viagens passam a ter um caráter de não obrigação, e sim uma forma de descanso, distração e lazer.

O conceito turismo surge no século XVII, na Inglaterra, referente a um tipo especial de viagem. A palavra tour é de origem francesa, como muitas palavras do Inglês

moderno que definem conceitos ligados a riqueza e a classe privilegiada. Isso aconteceu, porque durante o tempo em que a Inglaterra esteve ocupada pelos franceses (normandos, século X até o XIV), a Corte passou a falar francês, e o inglês escrito quase desapareceu. A palavra *tour* quer dizer "volta" e tem seu equivalente no inglês (*turn*) e no latim (*tor*) (ZARDO, 2003 p. 6).

No Brasil, a história do turismo começa com a descoberta da existência de terras pelos europeus, através das expedições marítimas, caracterizado como turismo de aventuras. Fato que se repetiu no período do ciclo da mineração brasileira⁸, e principalmente no início do século XIX, com vinda da Corte Portuguesa para o Brasil e, com isso, há um grande desenvolvimento urbano, em especial no Rio de Janeiro. Neste período cresce a demanda por hospedagens, em decorrência de diplomatas e comerciantes.

Ainda de acordo com Zardo (2003), a evolução dos transportes movidos a vapor, ainda no século XIX, propiciou um incremento de deslocamento tendo como referencia o Rio de Janeiro. Mas, apenas em 1968, o governo brasileiro criou os primeiros instrumentos de regularização desta atividade, com a criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e a Embratur, atual Instituto Brasileiro de Turismo.

Para Pellegrini (1993), turismo é um movimento de pessoas, um segmento das ciências sociais, que envolve antes de tudo, gente. E que a busca de locais que não sejam o domicílio habitual do interessado, é cada vez maior, na perspectiva de repouso, reposição de energias empregadas no labor diário, a eliminação de tensões desgastantes provenientes de condições de trabalho estressantes.

Sabe-se que o turismo tornou-se popular após a Segunda Guerra Mundial e que no começo do século XX, há uma tendência crescente na demanda. Desta forma, o planejamento turístico é imprescindível. Como observa Zardo (2003), "É uma atividade que possui grande poder de redistribuição espacial de renda, pois os principais emissores de turistas são países ricos e os receptores nem sempre são países ricos".

⁸ Atividade econômica predominante no Brasil no século XVIII que ocasionou um grande aumento populacional, passando dos trezentos mil habitantes em 1700 para três milhões e trezentos mil no século XIX. (Wikipédia, 2008).

É importante frisar que o turismo é importante na conservação do meio natural, além da geração de renda e também um papel importante no desenvolvimento cultural das comunidades, pois, à medida que os visitantes interagem com os nativos, contribuem para o crescimento e aprimoramento de ambos os grupos em decorrência da troca de costumes e conhecimentos.

No entanto, sinaliza Zardo (2003), o turismo do ponto de vista cultural, tem também o lado negativo, isto é, pode trazer prejuízos para os costumes locais, principalmente quando os artesanatos e o folclore local se alteram para atender as exigências dos turistas. E assim, diante destas situações o planejamento da atividade turística se mostra como sendo um poderoso meio articulador do desenvolvimento sustentável.

O fato é que esta atividade econômica é a que mais cresce no mundo contemporâneo. Sua taxa de crescimento anual é de 4%. De acordo com a OMT, e que antes do final do século XX será a principal atividade de exportação, transferência de divisas e geração de empregos em todo o planeta. Entretanto, este inegável crescimento mundial, não retrata a realidade brasileira, uma vez que foi registrada queda de 27% de 1988 para 1989. E o Brasil participa apenas com 1% do movimento turístico internacional, e diversos operadores de outros países manifestaram acreditar na potencialidade para aumento desses números, a despeito da imagem negativa criada insegurança urbana no País (PELLEGRINI, 1993).

É lícito afirmar também que o turismo não se inclui entre os maiores agentes de poluição ambiental, como no caso das grandes indústrias, dos veículos automotivos que além da poluição da gasolina ou óleo têm também a poluição sonora. Somado a estes, há no atual contexto uma conscientização mundial da necessidade de usar sem destruir, ou seja, aspira-se por uma tecnologia limpa, na defesa por uma melhor qualidade de vida e a responsabilidade social (PELLEGRINI, 1993).

4.2 TURISMO RESPONSÁVEL

O turismo responsável, no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla dos destinos turísticos. É aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-os para as futuras

gerações de comunidades, visitantes e empresários. Para sustentar este conceito, foram sugeridos um conjunto de princípios e diretrizes, assim descritos (SALVATI, 2003).

O turismo deve ser compatível e fazer parte de planos em níveis internacional, nacional, regional e local de desenvolvimento sustentável e de conservação. Como afirma Salvati (2003), deve ser planejado, administrado e empreendido de modo a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo. Todo o desenvolvimento do turismo deve ser empreendido com uma visão preventiva. O turismo não deve comprometer as oportunidades de uma economia local diversificada, deve ser empreendido dentro dos “limites aceitáveis de mudança” e em preferência a outras formas de desenvolvimento potencialmente mais prejudiciais. No caso de o próprio turismo ser a atividade mais prejudicial, ele deve então ser evitado.

O ordenamento territorial, o monitoramento contínuo dos impactos ambientais, e o respeito às paisagens naturais e às áreas protegidas podem ajudar a evitar impactos negativos em áreas sensíveis. Sempre que apropriado e possível, é plausível usar instrumentos e incentivos econômicos para alcançar o turismo responsável.

O turismo deve apoiar a conservação da natureza, especialmente a proteção da vida selvagem nos ecossistemas terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos e evitar contribuir para a fragmentação e a degradação das paisagens naturais, que reduzem a qualidade da experiência do visitante e impactam negativamente o ambiente. O turismo deve ser planejado de modo a prevenir a degradação de sítios arqueológicos, históricos, pré-históricos, científicos e remanescentes e deve apoiar ativamente a sua conservação. O turismo deve obedecer a convenções internacionais e as leis nacionais, estaduais e locais que apóiam o desenvolvimento sustentável e a conservação. Onde tal regulamentação não existir, o setor do turismo deveria tomar a iniciativa de incentivá-las ou criá-las (SALVATI, 2003).

4.3 TURISMO DE FORMA SUSTENTÁVEL

A conservação e o uso sustentável dos recursos naturais para ECOA (2006) são essenciais para um meio ambiente sadio em longo prazo. A concentração de visitantes no tempo e no espaço pode impor um sacrifício muito pesado a recursos naturais como a água.

Sistemas de manejo turístico devem se esforçar para distribuir, da melhor forma, os fluxos turísticos ao longo do ano e a renda obtida deve apoiar tecnologias e estratégias de uso sustentáveis. Esportes e atividades ao ar livre, incluindo caça e pesca amadora em áreas ecologicamente sensíveis, devem obedecer aos regulamentos existentes em conservação e uso sustentável de espécies e habitat. Onde os regulamentos são ineficazes, as atividades turísticas devem buscar orientação de especialistas e o conhecimento da área de interesse.

Reduzindo a poluição e o consumo, os danos ambientais também serão menores, melhorando a experiência do turismo, reduzindo os custos operacionais e de recuperação do ambiente. O consumo de combustíveis fósseis e o transporte motorizado, dentro e no entorno dos destinos, devem ser evitados sempre que possível. É preciso ter atenção particular aos impactos ambientais causados pelo tráfego aéreo, especialmente em áreas ecologicamente sensíveis. A busca por fontes de energia mais limpas e o uso eficiente do recurso são essenciais.

As comunidades locais têm o direito de manter e controlar a sua herança cultural e assegurar que o turismo não tenha efeito negativo sobre ela. O turismo deve, então, respeitar os direitos e desejos dos povos locais e prover a oportunidade para que amplos setores da comunidade contribuam nas decisões e nas consultas sobre o planejamento e a administração do turismo. Deve-se levar em consideração as tradições locais nas construções, ou seja, é preciso que o desenvolvimento arquitetônico seja harmônico com o ambiente e a paisagem. O conhecimento e a experiência das comunidades locais em manejo sustentável dos recursos podem trazer uma grande contribuição para o turismo responsável (SALVATI, 2003).

Educação, conscientização e capacitação, observa Salvati (2003), compõem a base do turismo responsável. Todos os integrantes do setor devem ser alertados sobre seus impactos positivos e negativos e encorajados a serem responsáveis e apoiar a conservação por meio de suas atividades.

Isto inclui o mercado, os governos locais e nacionais, as comunidades locais e os consumidores. Os visitantes devem receber informações sobre assuntos ambientais, culturais e sociais como ponto essencial da viagem. Sempre que possível deve haver a oportunidade de os visitantes compartilharem a cultura e as tradições locais.

4.4 OS INSTRUMENTOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Para países como o Brasil, o turismo, em uma nova concepção estratégica, deve ser entendido como um conjunto de bens e serviços que promovam o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional, integrando o desenvolvimento urbano e rural e criando um processo de desenvolvimento econômico diversificado. Manter, valorizar e proteger as paisagens naturais e sua diversidade biológica, assim como o patrimônio histórico-cultural, é a base essencial para o desenvolvimento responsável do turismo, contribuindo para a sua manutenção em longo prazo (SALVATI, 2002).

Uma variedade de instrumentos é requerida para o alcance do turismo responsável que, para serem efetivos, precisam ser integrados e combinados em uma política. Isto inclui: Estabelecimento de políticas e regulamentos em todos os níveis governamentais, regidos por uma Política Nacional de Turismo Sustentável; a adoção de uma visão de planejamento integrado entre os diferentes agentes do turismo, públicos, privados e não governamentais; a definição de linhas diferenciadas em incentivos e financiamentos, voltados para o pequeno e médio empreendedor; a adoção de códigos voluntários de conduta e de ética nos negócios; a promoção de campanhas de educação a operadores guias de turismo e visitantes para atitudes de mínimo impacto da visitação em áreas naturais;

O reconhecimento e o apoio a esquemas de certificação sócio-ambiental do turismo para se estabelecer ou ampliar a qualidade e a sustentabilidade no consumo e nos negócios. O WWF-Brasil⁹, maior entidade ambientalista do Brasil, vem trabalhando com turismo onde há ameaças à conservação da natureza e à justiça social. Na busca por soluções, o WWF-Brasil coopera e trabalha em parceria com o mercado, governos em todos os níveis, comunidades locais, organizações multinacionais, organizações não-governamentais e com entidades da sua própria rede para que o turismo, (SALVATI, 2003).

No Brasil, projeta-se a sua sustentabilidade sob os enfoques econômico, social e ambiental. Uma das maiores preocupações da entidade com relação ao potencial de

⁹ WWF-Brasil: Desde 1996, é uma organização não governamental genuinamente brasileira que integra a maior rede mundial de conservação da natureza. (WWF-Brasil, 2008).

crescimento que o turismo apresenta no país, é a ausência de um sistema legal de apoio ao desenvolvimento da atividade de forma planejada. O WWF-Brasil (2007) considera este mecanismo como a base para o ordenamento territorial das paisagens e cidades de potencial turístico, facilitando o planejamento e a elaboração de mecanismos de fomento e controle do turismo, garantindo que o espaço geográfico (urbano e rural) e seu patrimônio natural e cultural sejam preservados ou minimamente impactados, sob a proteção da Lei.

Como salienta Augé (1999), o turismo é uma atividade que conduz à produção de interpretações, ao permitir e estimular que as populações nativas vivenciem seu passado, seus valores e costumes como turistas, tende a desencadear um diálogo das culturas consigo mesmas, leituras e reinterpretações da história que se enriquecem no diálogo inter-regional e com as culturas estrangeiras. Desse modo, o turismo desencadeia nos grupos locais um processo de reconhecimento de si e de abertura para o diálogo com o "outro", com o turista estrangeiro atraído para a região pela possibilidade de vislumbrar a singularidade das culturas regionais tanto quanto as belezas naturais.

No aspecto turismo, o município de Juscimeira é privilegiado por contar com águas termais, onde foram instalados vários hotéis (pousadas) para explorar esta atividade. Porém, ainda está na fase inicial, pois além destas construções serem recentes, os investimentos não atende toda a demanda. Além dos balneários, o município conta com cachoeiras, hotéis fazenda e usinas Hidrelétricas que podem ser aproveitados como atrativos turísticos, além de gerar dividendos para o município através de impostos e incentivos a projetos sociais.

Entre estas atividades turísticas, as mais aproveitadas para fins de trazer dividendos são os hotéis e pousadas, uma vez que, o município é rico em águas termais e cachoeiras. Recebendo maior número de turistas nos meses de férias (janeiro, fevereiro e julho) períodos de pesca e no inverno, período em que as águas quentes são atrativos indispensáveis.

4.5 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

Neste item destacam-se os balneários termais do município através de informações levantadas com os responsáveis pelas administrações destas pousadas e fotos para realçar as belezas turísticas que proporcionam estes termas. Demonstrará ainda os valores Day-use¹⁰, a mão-de-obra empregada e a alimentação oferecida em cada balneário.

4.5.1 Balneário Aquários

Pousada Termas Aquários Juscimeira, localizado na Rua 7 de setembro – zona rural do proprietário Ademar Manoel da Silva e CIA LTDA. Empreendimento voltado para as diversas classes sociais tem como objetivo oferecer lazer e conforto as pessoas que escolhem este tipo de turismo. Sendo disponibilizadas piscinas com águas de aproximadamente 40C°, restaurante com comida regional, café da manhã e 7 apartamentos com ar, TV e banheiras de hidromassagem.

Foto 9 – Piscinas do Balneário Aquários



Foto: Braz da Silva Oliveira, outubro de 2007

¹⁰ Referente ao uso das piscinas e do espaço físico do balneário durante um dia pelos turistas.

Com preços relativamente acessível de R\$ 90,00 reais para casal e de R\$ 48,00, individualmente, valores referente a janeiro de 2008, inclusos uso das piscinas e café da manhã. A pousada consegue ter um fluxo em média de até 300 a 500 pessoas nas altas temporadas (mês de julho, novembro, dezembro e janeiro). Com potenciais de duplicação, pois a demanda por estes atrativos é crescente, porém a falta de infra-estrutura é apontada pela gerente geral Andréia¹¹, como o grande entrave. Para ela, o poder público local deveria dar suporte em termos de divulgação e condições mínimas de acesso até o local, como pavimentação da via de acesso da cidade de Juscimeira até a pousada. Fato que segundo a mesma, estressa muito os turistas e que às vezes impedem os mesmos de freqüentar o lugar, com receio de danificar seus veículos.

Entretanto, no aspecto positivo a pousada gera empregos e renda para os trabalhadores do município. Oferece 7 empregos fixos: cozinheiras, guarda, camareira e manutenção, além de 3 diaristas que auxiliam na higienização do ambiente. Estes funcionários, na sua quase totalidade, são qualificados dentro da própria empresa, isto é, na prática, pois o município não tem programa de qualificação deste tipo de mão-de-obra. Como ressalta a gerente, acima mencionada:

Não tem gente qualificado, aprende no dia-a-dia, na raça. Se tivermos que atender turistas estrangeiros, teríamos que contratar pessoas que soubessem mais de uma língua. Porém, é difícil encontrar na cidade local, teríamos de trazer pessoas de fora para esta função, pois o município é carente deste tipo de mão-de-obra.

Percebe-se que esta observação é quase que unânime para os administradores das pousadas pesquisadas no município. Mas, apesar dos desafios a pousada tem constante presença de turistas da cidade local, vizinhas e até de outros Estados, que acabam divulgando para amigos e outros alimentando uma publicidade em relação ao local, que são complementados pelas divulgações em internet, rádios locais e eventos na cidade. Embora, deve se ressaltar que são limitados por falta de apoios e iniciativas do poder público local.

O Balneário Aquárius que em 2008 foi adquirido pela Olinda Maria Valdis e tem o empreendimento administrado por Camargo Castilho, com mais 9 funcionários diretos e 4

¹¹ Pesquisa autorizada concedida ao pesquisador em agosto de 2007.

nos finais de semana. No entanto, os valores cobrados Day-use, alimentação e apartamentos permaneceram os mesmos valores da gestão anterior, já citada nesta pesquisa.

Foto 10 - Balneário Aquárius



Foto: Braz da Silva Oliveira, outubro de 2007

Assim como nos demais balneários do município há previsão de ampliação do espaço construído nos próximos anos, o que proporcionará novos investimentos na região. Além de novos funcionários que serão contratados em virtude da maior oferta de serviços da pousada.

4.5.2 Balneário Garimpus

Balneário Garimpus que teve um investimento estimado em 1,1 milhão de Reais tem como meta “explorar” as riquezas naturais que o município oferece. Com capital interno, o empresário Sizenando¹², um dos sócios desta pousada aposta em turistas de cidades vizinhas como: Jaciara, Rondonópolis, Campo Verde, Cuiabá e cidades de outros Estados, pois é comum receber turistas de outros Estados que vêm com propósito de conhecer e desfrutar das belezas naturais que o município oferece.

¹² Entrevista autorizada concedida ao pesquisador em novembro de 2007.

Foto 11 – Hotel do Balneário Garimpus



Foto: Braz da Silva Oliveira, outubro de 2007

O empreendimento também conta com piscinas termais de aproximadamente 40C°, além de oferecer 11 apartamentos ilustrados na foto 11 e um espaço de aproximadamente de 2200 m² área coberta. Com estes e outros requisitos a pousada tem capacidade de acomodar até 150 pessoas diariamente. Este número que na visão do empreendedor pode ser até duplicado, que terá demanda, dada a grande valorização ao turismo brasileiro nos últimos anos. Porém, o mesmo ressalta a falta de infra-estrutura e apoio por parte do poder público local, situação semelhante em todos os balneários do município.

No aspecto geração de renda e emprego, o empreendimento emprega 15 funcionários diretos e 45 indiretos, sendo 70% mão-de-obra local distribuídos em copeira, camareira, cozinheira, recepção e administração. Estes números de funcionários devem aumentar graças a perspectivas de novos investimentos previstos para 2008 que podem chegar a 2,5 milhões de Reais. Embora os desafios como infra-estrutura, que para o proprietário é zero, dificulta o tamanho do impacto destes investimentos.

Foto 12 – Piscinas do Balneário Garimpus



Foto: Braz da Silva Oliveira, outubro de 2007

No entanto, como se observa na foto 12 os investimentos já realizados são capazes de atender com qualidade e eficiência os turistas que buscam estes atrativos. Estas piscinas são projetadas para terem temperaturas diferentes para atender as diversas preferências, variando a temperatura da água de 40C° a pouco mais de 30C°.

4.5.3 Balneário Maryhá

O hotel Termas Maryhá do proprietário João Davi¹³ apresenta alguns aspectos diferenciais aos demais balneários, em relação aos turistas. Este tem como novo, o público da terceira idade, por acreditar no grande contingente de pessoas no Brasil desta faixa etária com poder aquisitivo para gastar em lazer e turismo, que para o mesmo é crucial a qualidade e adaptação do ambiente a esta demanda de turistas que estão dispostos a gastar mais, desde que ofereçam os requisitos necessários para seu conforto.

¹³ Entrevista autorizada concedida ao pesquisador em novembro de 2007.

Foto 13 - Vista interna do Hotel Maryhá



Foto: Braz da Silva Oliveira, novembro de 2007

Para tal fato se concretizar, o empreendedor investiu milhões de reais na construção de 28 apartamentos, sendo 6 suítes, e várias piscinas, como se observa na foto 13, além de construir restaurantes, bar, recebendo em média 80 pessoas diariamente, mas com demanda para até 120 pessoas diárias, o investidor pretende ampliar a construção como salão para conferências, quadra de tênis, espaço para passeio a cavalo e outros de acordo com a procura.

Embora João Davi, considere que a administração pública local mais atrapalha que ajuda, pelo fato de constantes noticiários sobre a atual administração, o mesmo acredita no potencial do município e quer continuar os investimentos, uma vez que, a médio e longo prazo terá retorno, pois acredita que há uma demanda crescente nesta modalidade de lazer, e por se tratar de um empreendimento construído visando as exigências do século XXI, no que tange a conforto e atendimento.

Para tais requisitos, a pousada tem um quadro de funcionários de 15 empregos diretos e 12 indiretos, que tende a aumentar com a ampliação da construção. Embora o empreendedor considere carente a infra-estrutura e a mão-de-obra limitada em termos de

qualificação para atender um turismo diversificado. O que torna necessário, que os mesmos aprendam a profissão quase sempre na prática.

Foto 14 - Hotel Maryhá



Foto: Braz da Silva Oliveira, novembro de 2007

Como se observa na foto acima, o Hotel Maryhá possui uma estrutura necessária para atender turistas das mais diversas partes do País e oferecer opções de lazer em finais de semana ou ainda hospedagem “permanentes”, que com os novos investimentos previstos para 2008-2009, será possível atender uma demanda maior de 30 ou 40% em relação ao ano anterior.

4.5.4 Balneário Tropical

Localizado no distrito de Santa Elvira, 16 km da sede, próximo à Br 364 possui uma estrutura física composta de: 27 apartamentos completos (ar, TV e frigobar); lanchonete e várias piscinas termais para atender os turistas que são das mais variadas regiões do país. Sendo uma média de 120 turistas nos finais de semana, com diária em média de R\$ 100,00 por casal, valor considerado atrativo, dada a qualidade e os recursos oferecidos para o lazer.

Foto 15 - Apartamentos do Hotel Tropical



Foto: Braz da Silva Oliveira, novembro de 2007

Para atender este público, o Hotel conta com copeira, cozinheira, lavadeira, recepcionista, garçom e um gerente administrativo, todos moradores da região. Estes que tiveram sua profissionalização na prática, uma vez que, o município não oferece este tipo de qualificação através de cursos.

O gerente administrativo Osmario¹⁴, aponta as vantagens deste Balneário para a comunidade local:

A mão-de-obra é basicamente de Santa Elvira, são pessoas que aprenderam na prática e hoje tem um salário digno para sobreviver. Aqui empregamos copeira, cozinheira, lavadeira, recepcionista, garçom e ainda pode empregar mais gente no futuro, pois tem mercado crescente deste tipo de lazer.

Este público apontado pelo gerente é de cidades vizinhas ou de outros estados, como: São Paulo, Rondônia, Mato Grosso do Sul e outros que estão de passagem para hospedar e aproveitar as belezas oferecidas que serão verificadas na foto abaixo.

¹⁴ Dados colhidos via entrevista autorizada em novembro de 2007.

Foto 16 - Espaço interno do Hotel tropical



Foto: Braz da Silva Oliveira, novembro de 2007

O amplo espaço interno do Balneário Tropical permite aos turistas usufruir das piscinas de temperaturas diferenciadas, que variam de 40C° a pouco mais de 30C°, oferece ainda lanchonete com comida típica da região e uma paisagem que encanta praticamente todos os freqüentadores. Salienta há possibilidade de ampliação da área construída, prevista para 2008 e 2009.

4.5.5 Balneário Novo Horizonte

O balneário Novo Horizonte localizado aproximadamente a 30 km da sede do município afastado aproximadamente 10 km da Br 364. No entanto, todo o trajeto é pavimentado, fato quase isolado uma vez que, os demais não têm este benefício. Outro fator importante, é que o balneário foi construído há mais de vinte anos, portanto, mais conhecido por parte dos turistas.

Foto 17 - Espaço interno do Balneário Novo Horizonte



Foto: Braz da Silva Oliveira, janeiro de 2008

Com uma demanda entre 100 e 150 pessoas por final de semana e uma diária de R\$ 80,00 por casal e R\$ 40,00 para solteiro (valores correspondentes a janeiro de 2008), o hotel possui 11 apartamentos, sendo 7 com ar e 3 com ventiladores, além de oferecer 3 piscinas de 40C° e 38C°, e somado a estes tem um amplo espaço físico com campo de futebol e lugar para quem deseja acampar.

Foto 18 – Piscinas do Balneário Novo Horizonte



Foto: Braz da Silva Oliveira, janeiro de 2007

Com referência à geração de empregos, são beneficiados 6 funcionários, sendo 4 da família que administra e 2 da própria região. Assim como os demais balneários, os empregos são semelhantes, copeira, lavadeira, garçom e serviços gerais. Estes são treinados no dia-a-dia para atender um público cada vez mais exigente, que está em expansão.

No entanto, para o administrador da pousada, Osvaldo Rodrigues dos Santos¹⁵, um dos grandes entraves para a expansão do empreendimento é a falta de bons gestores municipais capazes de visualizar as reais potencialidades que o município oferece. O gerente afirma que, “[...] com tanta riqueza natural, este município era para ser conhecido em todo país, não por corrupção, mas pelas suas belezas naturais”.

É importante observar que, a análise do gerente não é isolada, uma vez que, em fevereiro de 2008 o jornal nacional exibido pela rede globo fez uma reportagem mostrando a situação caótica da administração pública do referido município. Porém, apesar deste desgaste da imagem da administração municipal, não tem superado os atrativos referentes às belezas naturais, como se observa nas figuras abaixo.

¹⁵ Dados colhidos via entrevista autorizada em janeiro de 2008.

4.5.6 Balneário Alphaville

Há 11 anos o empresário Antônio Barbosa da Silva inaugurou o Termas Alphaville na chácara Alpha – zona rural, a 800 metros da sede do município de Juscimeira, um dos pioneiros neste segmento no município.

Foto 19 - Entrada do Hotel Alplaville



Foto: Braz da Silva Oliveira, janeiro de 2008

Com um investimento avaliado atualmente em 1,5 milhão de reais, o empreendimento é composto de 10 apartamentos, com ar, TV e frigobar. A um custo de aproximadamente R\$ 90,00 reais o casal, o turista pode usufruir de duas piscinas, uma de 36C° de temperatura e a outra de 40C° e de 600m² de construção, como se observa na foto 19.

Esta pousada que está recebendo nos últimos anos em média 40 pessoas por dia, na alta temporada, que para o proprietário está abaixo da média mínima do ideal de 50 pessoas. O que mostra um descontentamento visível por parte do empresário, que culpa a falta de acesso de qualidade como um dos principais fatores pela pouca atratividade:

Falta um planejamento direcionado para o setor turístico no município ou que pelo menos as estradas de acesso deveria estar em melhores condições para não assustar os turistas, pois é comum a reclamação por parte dos mesmos sobre a precariedade das estradas.

A indignação do empreendedor torna-se compreensível se comparar os primeiros anos de funcionamento da pousada. Período em que chegou a atender até 400 pessoas diárias, situação que nos últimos anos não tem mais se repetido.

Foto 20 - Espaço interno do Balneário Alplaville



Foto: Braz da Silva Oliveira, janeiro de 2008

O Balneário Alplaville proporciona ambiente familiar, conforme foto 20, com refeitório, mesas de jogos e piscinas de temperatura de aproximadamente 40C°. Apesar do descrédito por parte do proprietário que indagado se é por causa da concorrência e se o setor havia saturado. O mesmo é enfático:

Não, o problema não é este. Tem mercado para todos, e ainda pode ser ampliado, o problema é a falta de infra-estrutura. Tem que melhorar as estradas, pontes, enfim, dar condições necessárias para o turista ter mais vontade de ir até às pousadas.

O empresário que conta com 4 funcionários fixos e 3 diaristas está disposto a vender sua propriedade, por estar desacreditado com o município. Embora o mesmo deixe implícito que o município tem muito potencial, para ele não tem como trabalhar aqui, uma vez que, a administração pública não colabora e somado a constante difamação do município por causa de inúmeros indícios de corrupção por parte de prefeitos e vereadores, conclui o empresário.

4.6 CACHEIRA DO PRATA

A cachoeira do Prata é considerada um atrativo turístico do município, que além de suas belezas naturais, o acesso à mesma é gratuito. Possuindo corredeiras boas para passeios de caiaque, bóia ou bote de borracha. Também há trilhas ecológicas próximas. Isto se confirma quando se verifica a quantidade de freqüentadores nos finais de semana, que chega a mais de 500 pessoas.

Foto 21 - Cachoeira do Prata



Fonte: Disponível em www.juscimeira.news.com.br, acesso em dezembro de 2007

Como se observa na foto acima, a cachoeira do prata oferece uma opção de lazer para a população de Juscimeira e região. É importante ressaltar, que o uso deste recurso é gratuito, talvez pela falta de projeto visando a exploração econômica mais racional deste espaço.

No entanto, não tem nenhum programa ou política destinada à preservação e o monitoramento desta área, pois além de se tratar de um espaço privado, a Prefeitura Municipal de Juscimeira não tem mostrado capaz de equacionar seus problemas administrativos, o que reflete, também, atividade ambiental-turística.

4.7 POTENCIALIDADES ENERGÉTICAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

É importante elencar que o estímulo ao processo migratório exigia condições de infra-estrutura para sua concretização. Já durante a década de 1950, Fernando Corrêa da Costa, implementou CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia Paraná – Uruguai, que tinha como meta prioritária a implementação de um arrojado projeto hidrelétrico, tendo por base a bacia do rio Paraná e como pontos iniciais os saltos de Sete Quedas e Urubupungá. Posteriormente as usinas hidrelétricas Ilhas Solteira e Itaipu.

Na visão de Siqueira (2002), Mato Grosso não era beneficiado diretamente por estes complexos energético, e que o Estado tinha necessidade de produção regional. Fato que começa a se consolidar com a primeira Usina de Casca, situado no rio da casca.

Já durante o governo de Júlio José de Campos, eleito em 15 de novembro de 1982, sendo o primeiro governador de Mato Grosso eleito pelo voto direto, ganhou importância a construção de hidrelétricas menores, capazes de abastecer as novas regiões do território mato-grossense colonizadas após 1970. Desta forma, entraram em funcionamento durante seu governo as usinas e Aripuanã, Primavera do Leste, Torixoréu, Juina e a de Apiacás (SIQUEIRA, 2002).

Ao longo das últimas décadas do século XX, o município de Juscimeira foi abastecido através da hidroelétrica de Cachoeira Dourada no Estado de Goiás. No entanto, é

imprescindível citar que está sendo construída hidroelétricas no município que terá como meta abastecer a região do Vale São Lourenço.

O ministro da Integração Regional, Pedro Brito, e o governador do Estado de Mato Grosso Blairo Maggi, celebraram o contrato de financiamento para liberação de empréstimo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), no valor de R\$ 78,3 milhões, à Usina Hidrelétrica do Oeste Ltda (Geraoeste) para construção de uma usina hidrelétrica no município de Juscimeira.

Foto 22 – Construção da Barragem PCH



Fonte: ODEBRECHT, janeiro de 2008

Na construção da hidrelétrica PCH - Zé Fernando também, destacada nas fotos 22 e 23, serão aplicados R\$ 10 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mais a contrapartida da Geraoeste, no valor de R\$ 47,6 milhões. Com capacidade de 29.100 kW de potência, a usina atenderá boa parcela dos consumidores residenciais e industriais da região sul do Estado e deverá gerar mais de três mil empregos diretos e indiretos.

Entre os vários benefícios criados pela construção da usina, destaca a geração de empregos para a população local. Aproximadamente 40% da mão-de-obra empregada são de

trabalhadores da região, embora na sua maioria a de menor remuneração por ser constituída por operários com baixa qualificação profissional. Além de 1,5 milhão de reais liberado para a prefeitura correspondente ao imposto ISS (4% do investimento da obra) e mais de 500 mil reais do imposto ITBI (Imposto de Transferência de Bens) (IBGE, 2007).

Foto 23 – Vista Lateral da Barragem PCH



Fonte: ODEBRECHT, janeiro de 2008

Apesar de que, não é de conhecimento da população, o destino final deste recurso. Isto é, qual setor foi aplicado este montante, este fato demonstra o tamanho do impacto positivo que este empreendimento ainda pode oferecer ao município, pois, quando começar a venda de energia (prevista para junho de 2008) ainda terá parte substancial do imposto que é de aproximadamente 17,39% (valor com base no mês de janeiro de 2008, no Estado de Mato Grosso).

Segundo o gerente administrativo e financeiro Maurício Mendes Augusto¹⁶ da empresa ODEBRECHT, (prestadora de serviço para a Geroeste), responsável pela parte civil da obra, antes do início da construção foi oferecido gratuitamente curso de qualificação para os trabalhadores da região, para poder aproveitar melhor estes operários.

¹⁶ Informações colhidas via entrevista autorizada em janeiro de 2008.

Em contrapartida a estes empreendimentos realizados no município de Juscimeira (balneários, hotéis e barragens) é imprescindível maior atuação por parte dos gestores municipais na canalização destes recursos na ótica do Desenvolvimento Local. Como veremos no capítulo vindouro, estes gestores não estão conseguindo equacionar os problemas sociais e econômicos no município.

CAPÍTULO 5

POSICIONAMENTOS DE MUNÍCIPES SOBRE POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO

Este capítulo retrata os posicionamentos dos munícipes sobre as potencialidades presente no município passíveis de aproveitamentos endógenos. Através de perguntas fechadas demonstrar as opiniões da classe política, dos formadores de opinião e dos representativos da opinião pública, e se estes recursos estão sendo direcionados para o desenvolvimento do município de Juscimeira.

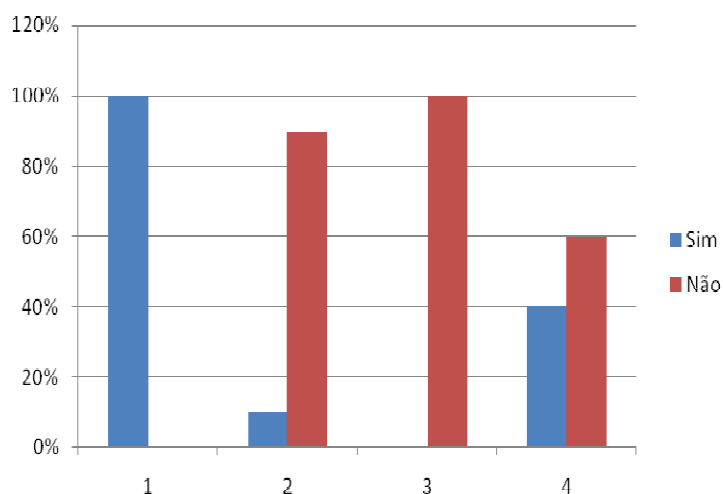
Foram escolhidas pessoas que, por sua posição social, interferem direta ou indiretamente em processos de tomada de decisão no município e dez para cada categoria, com o objetivo de nivelar as mesmas. Isto caracteriza um número proporcionalmente representativo, em relação à população de cada categoria, ou grupo entrevistado.

As características pessoais não serão detalhadas e, as respostas recebem um tratamento estatístico, sendo colocadas em tabelas e gráficos. A intenção aqui é de preservar a anonimidade das pessoas que se dispuseram a dar informações. Trata-se de uma cidade pequena, e mesmo as iniciais, tratando-se de profissionais, por exemplo, do campo da política, comprometem a pessoa em questão. Assim, a tratção estatística pareceu mais adequada para, por um lado, manter a confiabilidade dos dados e, por outro, preservar os sujeitos que gentilmente se dispuseram a ser informantes e/ou participantes da pesquisa.

5.1 Tabela 6 – POSICIONAMENTOS REPRESENTATIVOS DA OPINIÃO PÚBLICA

Posicionamentos Representativos da Opinião Pública	Sim %	Não %
1) Você tem conhecimento das potencialidades econômicas no município de Juscimeira MT?	100	0
2) Estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento do município?	10	90
3) Os gestores municipais têm canalizado recursos para a criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nesses recursos?	0	100
4) A comunidade local tem-se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica?	40	60

Gráfico 3 – Sobre a Tabela 6



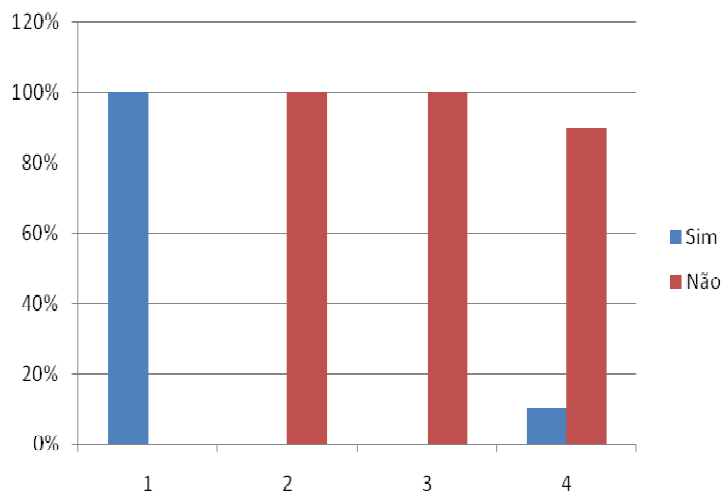
Analizando os dados sobre os posicionamentos de representativos da opinião pública, percebe-se que 100% dos entrevistados têm conhecimentos sobre as potencialidades presentes no município, as quais são entendidas neste trabalho, como sendo os balneários de águas termais, cachoeiras e hidrelétricas. No entanto, 90% destes entrevistados acreditam que

estes recursos não estão sendo empregados corretamente para o desenvolvimento do município.

No prisma da canalização de recursos na elaboração de projetos por parte dos gestores municipais visando o desenvolvimento endógeno do município, apenas 10% dos entrevistados acreditam nesta prerrogativa. Contudo, 60% dos representativos afirmam que a comunidade local não reivindica ou propõe alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica.

5.2 Tabela 7 – POSICIONAMENTOS DOS FORMADORES DE OPINIÃO

Posicionamentos Formadores de Opinião	Sim %	Não %
1) Você tem conhecimento das potencialidades econômicas no município de Juscimeira MT?	100	0
2) Estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento do município?	0	100
3) Os gestores municipais têm canalizado recursos para a criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nesses recursos?	0	100
4) A comunidade local tem-se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica?	10	90

Gráfico 4 – Sobre a Tabela 7

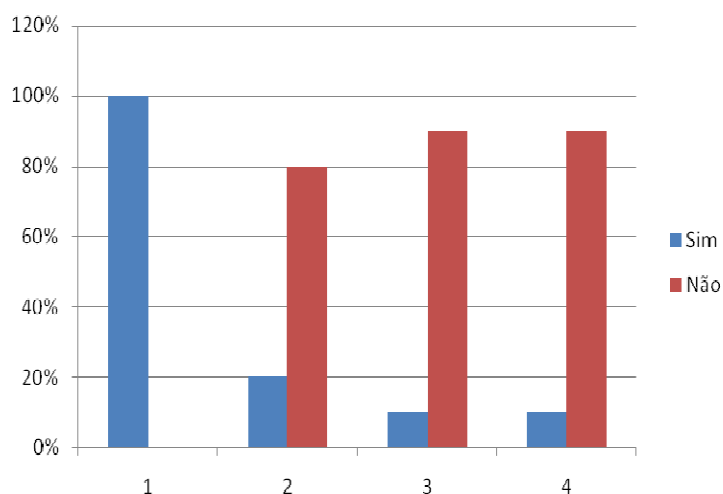
A respeito dos formadores de opinião, 100% dos mesmos têm conhecimentos das potencialidades econômicas no município de Juscimeira. Porém, nenhum dos pesquisados defendem que estes recursos são aplicados para o desenvolvimento sustentável do município.

Por outro lado além de 100% dos formadores de opinião afirmarem que os gestores municipais não têm canalizado recursos para a elaboração de projetos visando o desenvolvimento endógeno do município, com base nestes recursos, 90% destes pesquisados defendem que a comunidade local não tem-se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica.

5.3 Tabela 8 – POSICIONAMENTO DA CLASSE POLÍTICA

Posicionamentos da Classe Política	Sim %	Não %
1) Você tem conhecimento das potencialidades econômicas no município de Juscimeira MT?	100	0
2) Estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento do município?	20	80
3) Os gestores municipais têm canalizado recursos para a criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nesses recursos?	10	90
4) A comunidade local tem-se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica?	10	90

Gráfico 5 – Sobre a Tabela 8



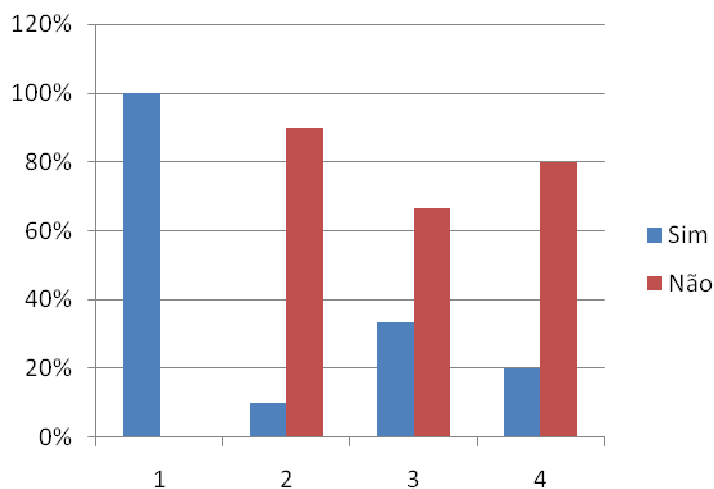
Em relação aos posicionamentos da classe política de Juscimeira, os resultados dos dados levantados são parecidos com dos representativos da opinião pública e dos formadores de opinião. Percebe-se que 100% dos políticos entrevistados afirmam ter conhecimentos das potencialidades econômicas do município. Embora, apenas 20% consideram que estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento sustentável do município.

Finalmente, 90% dos políticos entrevistados alegam que os mesmos “gestores¹⁷” não têm canalizado recursos para a criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nestes recursos. Apesar de que apenas 10% dos mesmos alegam que a comunidade local reivindica ou propõe alternativas de desenvolvimento social e econômico.

5.4 Tabela 9 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM OS MUNICÍPES

Posicionamentos dos Resultados da Pesquisa com os Municípios	Sim %	Não %
1) Você tem conhecimento das potencialidades econômicas no município de Juscimeira-MT?	100	0
2) Estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento do município?	10	90
3) Os gestores municipais têm canalizado recursos para a criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nesses recursos?	33.33	66.667
4) A comunidade local tem-se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica?	20	80

¹⁷ Pessoas que direta ou indiretamente tem condições de elaborar, propor ou aprovar projetos de benefícios sociais e econômicos para os municípios juscimeirenses.

Gráfico 6 – Sobre a Tabela 9

No resultado da pesquisa com os munícipes de Juscimeira, 100% das três categorias entrevistadas têm conhecimento das potencialidades presentes no município. Porém, apenas 10% dos entrevistados consideram que estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento sustentável.

No que se refere aos projetos elaborados pelos gestores municipais visando a maximização racional destes recursos, apenas 3,33% dos entrevistados defendem que há algumas iniciativas. Entretanto, 90% destes gestores admitem que não há projetos no intuito de aproveitamentos endógeno destes recursos.

No aspecto mobilização por parte da comunidade local para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica 80% defende que não há iniciativas por parte da mesma. Sendo que 40% dos entrevistados dos representativos da opinião pública defendem que há mobilização por parte da comunidade local. Situação que para a classe política formadores de opinião é desconsiderada por 90% dos entrevistados.

Diante destes resultados fica evidente que é preciso que a comunidade local assuma o desafio de afirmar-se como capaz, competente e hábil de tomar e agregar iniciativas e criatividade para se tornar “[...] sujeito-agente de seu próprio desenvolvimento, bem como do meio-ambiente que lhe serve de contexto de vida, em consonância com sua real situação de características, riquezas e potencialidades explicitas e implícitas” (ÁVILA, p. 2006).

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPÍRICOS FACE A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo objetiva fazer a discussão dos resultados ou lógicas apuradas nos capítulos 2, 3, 4, e 5 em consonância com os referenciais teóricos abordados no capítulo 1. Através da análise dos dados levantados buscar entender as reais potencialidades econômicas presentes no município de Juscimeira e a percepção dos munícipes a respeito do gerenciamento destes recursos na implementação do desenvolvimento local.

6.1 VIGÊNCIA DE ASSISTENCIALISMO HISTÓRICO DE GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

O panorama histórico do município de Juscimeira permite perceber com clareza a vigência de assistencialismo. Isto se observa desde o processo de colonização do município, reflexo de políticas Federal e Estadual através da “Marcha para o Oeste”, em cuja região a empresa privada CIPA de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo teve a incumbência, nos moldes das gestões públicas estaduais e federais, de promover a demarcação das glebas e fixação de migrantes nesta região.

No tocante aos gestores públicos municipais, é visível a dependência de instâncias públicas estaduais e federais desde o processo de emancipação política do município, vez que a própria formação da estrutura administrativa da prefeitura se fez via empréstimos e

convênios de órgãos estaduais, como DERMAT – Departamento de Estradas e Rodagens de MT, que foi responsável pela pavimentação de aproximadamente 60% da cidade de Juscimeira. A respectiva foi paga em 1988 pelo então governador do estado, Carlos Gomes Bezerra, em troca de apoio municipal por parte do prefeito ao Governador, conforme observado no item 2.5.

Conforme relata o IBGE (2006), praticamente mais de 80% dos municípios do Brasil precisam de recursos da União para se manterem para cobrirem os gastos com a máquina administrativa e com serviços básicos para a população. Fato que coloca o país com fortes desníveis de desenvolvimento. Como o município tem arrecadação mensal insuficiente para sua auto-sustentação, acaba se inserindo nesta estatística.

Em conjunto, isto se reflete nos posicionamentos dos munícipes de Juscimeira a respeito de desenvolvimento. Conforme expresso no item 5.4, representado por representativos da opinião pública, formadores de opinião e da classe política, 100% afirmaram terem conhecimentos das potencialidades econômicas do município, ao passo que apenas 10% acreditam que estes recursos são aproveitados “corretamente”, para o desenvolvimento do município.

A situação se agrava quando sinaliza para a canalização de recursos para criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nestes recursos por parte dos gestores municipais. Mais de 96% dos entrevistados admitiram não haver iniciativas visando aproveitar estes recursos para o desenvolvimento social e econômico de Juscimeira. Por outro lado, 80% afirmaram que a comunidade local não tem se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica.

Constatam-se pelo exposto, algumas grandes tensões, e ao mesmo tempo apontam-se caminhos no sentido de possível investigação posterior. No âmbito político, o poder público está vinculado a uma história de política elitizada, que acaba caindo em uma série de estratégias, caracterizadas por gestão como assistencialista. Por um lado, a comunidade termina sofrendo por grande dependência, por outro, ela mesma se torna cada dia mais exigente, demandando do poder público iniciativas que não seriam mais de sua alçada.

Entre os dois extremos dessa tensão, aparece o fenômeno “cooperativismo”. Através de iniciativas cooperativistas, a comunidade começou a entender que a dimensão política do seu ser e do seu agir traduz numa série de finas iniciativas de participação em pequenos compromissos de gestão do bem comum. Com a consolidação da COMAJUL, a comunidade foi percebendo que ela mesma era capaz de gerir as suas demandas financeiras e associativas, e que necessitava do poder público, realmente, mas como subsidiante de suas idéias, e não como autor ou protagonista de seu crescimento.

Outra tensão se faz presente no âmbito socioambiental, na relação com os recursos naturais. De um lado, existe a necessidade de exploração, que leva a pensar, por exemplo, no aproveitamento dos recursos hídricos da região promovendo a construção de hidrelétricas. Do outro lado, existe também a necessidade constatada de preservar os recursos, para que a degradação ambiental não se alia à exploração, simplesmente.

Entre esses dois pólos de tensão, surge como corretivo o fenômeno da exploração turística de pontos chave dos recursos hídricos, o que obriga a comunidade, como um todo, a repensar a sua relação com as grandes empresas que trazem suas tecnologias para construir represas; repensar a sua relação com os próprios recursos naturais, porque o turismo exige ao mesmo tempo a exploração, no sentido de tornar os recursos naturais acessíveis, e a conservação, ou seja, a sua não-descaracterização, enquanto recursos naturais, sob pena de destruir o manancial das águas termais, a galinha dos ovos de ouro.

Por este viés, visualiza-se que há conquistas alcançadas, mas para uma perspectiva de comunitarização e rompimento do ciclo vicioso do assistencialismo, Ávila (2006, p. 88) aponta alguns passos:

Primeiro, que os Agentes de Desenvolvimento Local procurem se impregnar dos rumos do Desenvolvimento Local [...] consiste na auto-emancipação da comunidade [...] segundo, que, em função desses rumos, auxiliem (sem “carregar nas costas” ou guindar) as comunidades-localidades a encontrar e trilhar os seus rumos de desenvolvimento, de acordo com as peculiaridades, potencialidades e condições de cada uma [...] terceiro, que os Agentes de Desenvolvimento Local se atentem à recomendação do poeta espanhol Antonio Machado “caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar” tanto para a comunidade em que estiverem atuando quanto para a lúcida prospecção das suas próprias maneiras de pensar e atuar.

Portanto, mesmo diante das dificuldades encontradas pelas amarras políticas, que insistem na dependência externa e que ganham com o modelo vigente, a comunidade de Juscimeira, mediante mobilização social e iniciativas próprias, pode alicerçar alternativas, nas quais o poder público local e a comunidade terão melhores condições para desenvolver e melhorar a qualidade de vida da população no prisma do Desenvolvimento Local.

6.2 ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

Embora o assistencialismo esteja enraizado nas comunidades-locais, como já mencionado neste trabalho e que a idéia de Desenvolvimento Local seja muito recente, a partir da década de 1980, é importante ressaltar que há aceitação tanto no cenário nacional como internacional, de implementação do Desenvolvimento Local na perspectiva da endogeneização, comunitário-local, em uma expectativa que a própria comunidade assuma seu processo de desenvolvimento, com base nas suas habilidades e competências.

Aliás, esta situação de iniciativas solidariamente cooperadas, o município de Juscimeira já experimentou e experimenta com sucesso. A Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Limitada teve sua origem em uma “Associação Amigos de Juscimeira”, que no intuito de somar forças no escoamento dos produtos e formação de preços tiveram esta alternativa como um meio plausível de equacionamento de seus problemas e de geração de renda.

Diante do exposto, verifica-se que há experiências em termos de potencialidades para Desenvolvimento Local no município e o fato de a região ser rica em recursos naturais, (como: cachoeiras, águas termais e hidrelétricas) o credencia com perspectiva favorável para a implementação de desenvolvimento auto-sustentável, social e econômico.

Na concepção de Ávila (2006, p. 101):

[...] não restará dúvida de que a medula motriz desse processo repousa tanto na capacidade quanto na real possibilidade de se chegar a consensos e

desenvolver iniciativas solidariamente cooperativas, que incidam direta e constantemente nas dinâmicas de sensibilização, mobilização, organização, planejamento e ação conjunta no âmbito da comunidade-localidade a que se referir.

Esta medula motriz, apontada pelo autor acima, torna-se um grande desafio para os munícipes juscimeirenses. Transformar o exemplo do cooperativismo da COMAJUL para outros segmentos econômicos do município, em uma dinâmica de sensibilização, mobilização, organização e planejamento visando beneficiar a comunidade local, onde a mesma se torne agente de seu próprio desenvolvimento.

No entanto, como observa Ávila (2006) há também aqueles que ficam à espera que alguém lhes “[...] carregue nas costas para cruzarem as fronteiras do subdesenvolvimento”. Situação que alimenta o ciclo da “cultura da pobreza” a de se verem tentados a esperar que alguém lhes receite as regras de como agir para que as reproduzam. E para romper este ciclo é necessário um trabalho consistente e organizado envolvendo educação, conscientização por parte dos formadores de opinião, da classe política e de outros representativos da opinião pública que influencia, direta ou indiretamente nas maneiras de pensar e agir da comunidade local.

Torna-se necessário preparar para a caminhada e ao longo da mesma ter subsídios para poder equacionar ou apontar saídas racionais de possíveis riscos de assistencialismo. Como orienta (Ávila, 2006, p.89) “Ademais, uma coisa é se preparar para aplicar reprodutivamente o que houver aprendido ou experimentando e outra é se preparar para saber se orientar, se dosar e se tornar criativamente cooperativo no curso da caminhada”.

Diante do exposto, a medula espinhal e a solidariedade saudáveis são necessárias para que se sinta e reaja a reflexos. Porém, para Ávila (2006, p. 101) “[...] a primeira no plano individual-pessoal e a segunda no coletivo-comunitário. Sem envolvimento e cooperação solidária, o Desenvolvimento Local se reduz a mera nomenclatura”.

Nesta ótica, constata-se a importância do envolvimento coletivo da comunidade juscimeirense na dinamização e transformação do processo político, social e econômico do

município. E Estes quesitos possam estar a serviço da população local nas tomadas de decisões visando auto-sustentabilidade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento e a condução da pesquisa no espaço delimitado do município de Juscimeira tiveram como fator motivador o fato de o pesquisador ser “filho do município” e conhecedor da situação econômica, social e política da região.

Mais que cumprir as determinações acadêmicas, esta pesquisa permitiu entender com maior clareza como um município com tantas riquezas naturais e com potencial econômico imensurável de águas termais, cachoeiras, hidrelétricas, produção de leite e derivados, em escala comercial, ainda esteja em situação de descrédito por parte dos munícipes, e de suas instâncias sociais, econômicas e políticas.

Intriga também o fato de ser munícipe, uma vez que, o sentimento de pertença impulsiona a querer compreender, interpretar e ajudar a equacionar esta dicotomia, a qual se encontra o município, pelo meios embasados poder discutir a respeito das maneiras de pensar e agir dos representativos da opinião pública, dos formadores de opinião e da classe política, a respeito da dificuldade de implementação de políticas públicas em consonância com as necessidades e aspirações por parte da população local.

A pesquisa permitiu, através da exploração das potencialidades destacadas no município, reconhecer as capacidades quantitativas e qualitativas passíveis de direcionamento para implementação e articulação de iniciativas solidárias envolvendo comunidade local, gestores públicos municipais e outras instâncias sem perder o foco principal que são as melhorias sociais e econômicas da coletividade juscimeirense. Ao mesmo tempo, aponta para

a melhor aplicabilidade dos recursos públicos, no intuito de maximizar sua utilização em obras que possam gerar melhorias para a comunidade local.

Desta maneira, a pesquisa visou também um enriquecimento pessoal, pois capacita o pesquisador a entender as reais conquistas e carências da população do município. Diante desta sensibilização e conscientização pessoal, ser um agente de boas iniciativas no planejamento e na organização de iniciativas que possam agregar soluções consistentes para os problemas locais, mediante um processo de aglutinação que faça convergir forças para sustentabilidade do desenvolvimento a médio e longo prazo.

Foi possível verificar, também, a iniciativa de cooperativismo no município que teve êxito, como no caso da Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira. Esta conseguiu, ao longo das últimas décadas, se estruturar e solidificar como empresa responsável, auto-sustentável e que é orgulho para a população local.

Com a capacidade de formação de preços e escoamentos do leite e seus derivados impulsionou o pequeno produtor rural a direcionar sua produção para esta atividade. Esta relação direta faz destacar-se no setor secundário a cooperativa mencionada, a qual além de fazer parte da história da formação do município é considerada a principal empresa de agregação de valores em Juscimeira.

Já no setor de serviços turísticos, as atividades são ainda novas (a partir da década de 90). Porém, tais atividades são promissoras, uma vez que, o município é agraciado por águas termais, cachoeiras e hidrelétricas, que podem ser mais e melhor aproveitada na ótica do Desenvolvimento Local.

O estudo permitiu vislumbrar, ainda, o processo de formação desta comunidade como reflexo do programa “Marcha para o Oeste”, instituído pelo governo federal, que visava colonizar e povoar terras consideradas improdutivas no Centro-Oeste, foi por isso que a empresa CIPA teve a função, na região do Vale São Lourenço, fazer loteamentos e vendê-los para migrantes, principalmente da região sudeste do País. Por isso, somado a construção da BR 364, ativa o povoamento gradativo (nas décadas de 1960 e 1970), que culminaram para sua e a emancipação política no final dos anos 70.

No que tange às atividades econômicas predominantes nesta região, e especificamente no referido município, destaca-se, no setor primário, a pecuária leiteira alavancada pela participação direta da Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Limitada – COMAJUL.

Em relação aos munícipes, percebe-se, através da pesquisa que, apesar de a população em geral ter conhecimento das potencialidades presente no município, faltam iniciativas endógenas, como elaboração de projetos visando o aproveitamento racional destes recursos e possíveis melhorias na qualidade de vida, tanto da classe política como da comunidade local.

A grande tese desta pesquisa pode ser expressa da seguinte maneira: a perspectiva da comunitarização é o grande fator corretivo no processo de Desenvolvimento Local, no município de Juscimeira. Os riscos do assistencialismo são: o reforço a alienação e à desmobilização para iniciativas de desenvolvimento local (descomunitarização), devastação ambiental, que seria o equivalente à destruição da base física e territorial do desenvolvimento.

Os corretivos são: as iniciativas da cooperativa, mediante a qual a comunidade aprende e exercita a mobilização e a gestão de suas próprias questões; e as pequenas, capilares iniciativas turísticas, mediante as quais a comunidade aprende a gerir a necessidade dupla de explorar, ao mesmo tempo em que preserva do impacto ambiental os seus mananciais, e os matenham limpos e organizados, a cada temporada.

Portanto, criar e implementar projetos de “exploração racional¹⁸” que visem a auto-sustentabilidade econômica e social dos munícipes, sem esgotar suas riquezas é imprescindível e urgente para o município de Juscimeira. Onde o planejamento e ações integralizados entre gestores municipais e comunidade local gerando melhorias na qualidade de vida coletiva que compartilhando conhecimentos e experiências bem sucedidas, possam agregar possibilidades dignas para que o município de Juscimeira, resulta no “desabrochar” para o desenvolvimento local.

¹⁸ Projeto de geração de renda que visam auto-sustentabilidade dos recursos sem esgotá-los.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V. de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

ÁVILA, Vicente Fideles. *Municipalização para o desenvolvimento*. Campo Grande: 1993.

_____. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2 ed. Campo Grande MS: UCDB, 2001.

_____. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo*. Brasília DF: plano, 2003.

_____. *Cultura de Sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral: Uva, 2006.

BATISTA, M. *Desenvolvimento de Comunidade*. 2. ed. São Paulo, 1978.

_____. *Turismo: competitividade sustentável*. Lisboa / São Paulo: Vozes, 1997.

BARRETO, M. *Planejamento e organização do turismo*. Capinas: Papirus, 2000.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

BRANDÃO, C. R. *Identidade e etnia – construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura, 1998.

CAVALCANTI, Clóvis (Org). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CLAXTON, M. *Cultura y desarrollo*. Paris: UNESCO, 1994.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo. EDUSC, 1999.

ECOIA. *Foro. Ecologista de Paraná*. Coligação dos Rios Vivos. 2004. Disponível em (www.riosvivos.org.br/canal.php). Acesso em janeiro de 2008.

FAISSOL, S. *O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FRANCO, A. de. *Pobreza e desenvolvimento local*. Brasília: ARCA, 2002.

IBGE. O Brasil município por município . Disponível em <http://www.ibge.gov.br> , acesso em novembro de 2000.

IBGE. O Brasil município por município. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> , acesso em dezembro de 2007.

IBGE. *Associação Mato-Grossense dos municípios*. Agência de notícias. Disponível em www.google.com.br. Acesso em Março de 2006.

HAQ, M, U. *A cortina da pobreza – opções para o Terceiro Mundo*. Trad. Richard Paul Neto. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 6. ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Trad. Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001.

MOURA, Sandra Correia. Aspectos da Pequena Produção em Mato Grosso. O Caso de Jaciara e Juscimeira: Programa de Pós-graduação em Geografia – Mestrado. UFRJ, 1981.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

OLIVEIRA, C. J. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. *Introdução a sociologia*. 25 ed. São Paulo: Ática, 2004.

PELLEGRINI, Américo Filho. *Ecologia cultura e turismo*. Ed. Editora Papirus. Campinas, SP 1993.

SALVATI, S. S. Planejamento do Ecoturismo. In: *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília, DF 2003.

SIGRIST, Marlei. *Chão batido: a cultura popular de Mato Grosso do Sul, folclore e tradição*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TOSCANO, Noema. *Introdução á sociologia educacional*. Ed.12. Editora vozes – Petrópolis 2004.

ZARDO, Eduardo Flávio. *Marketing aplicado ao turismo*. Ed. 1ª. Editora Roca – São Paulo 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FORMADORES DE OPINIÃO

ENTREVISTA COM FORMADOR DE OPINIÃO

Nome:

Função profissional:

1 Você tem conhecimento das potencialidades econômicas presentes no município de Juscimeira MT?

Sim ()

Não ()

2 Estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento do município?

Sim ()

Não ()

3 Os gestores municipais têm canalizados recursos para a criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nestes recursos?

Sim ()

Não ()

4 A comunidade local tem-se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica?

Sim ()

Não ()

Comentário livre do entrevistado:

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM POLÍTICOS

ENTREVISTA COM POLÍTICO

Nome:

Função profissional:

1 Você tem conhecimento das potencialidades econômicas presentes no município de Juscimeira MT?

Sim ()

Não ()

2 Estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento do município?

Sim ()

Não ()

3 Os gestores municipais têm canalizados recursos para a criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nestes recursos?

Sim ()

Não ()

4 A comunidade local tem-se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica?

Sim ()

Não ()

Comentário livre do entrevistado:

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTATIVOS DA OPINIÃO PÚBLICA

ENTREVISTA COM REPRESENTATIVOS DA OPINIÃO PÚBLICA

Nome:

Função profissional:

1 Você tem conhecimento das potencialidades econômicas presentes no município de Juscimeira MT?

Sim ()

Não ()

2 Estes recursos são aproveitados corretamente para o desenvolvimento do município?

Sim ()

Não ()

3 Os gestores municipais têm canalizados recursos para a criação de projetos visando o desenvolvimento endógeno, com base nestes recursos?

Sim ()

Não ()

4 A comunidade local tem-se mobilizado para reivindicar ou propor alternativas de auto-sustentabilidade social e econômica?

Sim ()

Não ()

Comentário livre do entrevistado: